



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 02 /22**  
**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**REALIZADA EM 29 DE ABRIL**  
**DE 2022**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, José Luís Nunes Catalão, Mafalda de Almeida Catalão e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rui Miguel da Silva Mortal, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão e Orlando da Cruz Paninho de Almeida Gomes.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

*Pelo Partido Socialista:*

- José João Pereira Tavares, por motivo de se encontrar fora do país, tendo sido substituído por Milton dos Santos Marques Alcaide, dada também a indisponibilidade de Elisa Beatriz de Jesus Massaroca, por motivo de saúde e Rui Manuel Rodrigues Silva, por motivo de se encontrar ausente do concelho (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Álvaro Jacinto Costa, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Helena Paula Menezes Batista (Documento anexo à Minuta da Ata).

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivo profissional, tendo sido substituído por Jorge Manuel de Sousa Sinquénique, em virtude de idêntica indisponibilidade de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques (Documento anexo à Minuta da Ata).

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Clara Sofia Lopes Castanheira Carvalho Vila Cova (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Dário João Ferra Moura.

Faltaram à sessão a vereadora Ana Sofia Madeira Maduro, por motivo de isolamento profilático e o vereador Luís Miguel Carraça Franco, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído pelo vereador Jorge Manuel Pereira Giro (Documentos anexos à Minuta da Ata).

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Aberto este período, ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação ao “Movimento Associativo Popular do concelho de Alcochete:

«As primeiras coletividades apareceram em Portugal em finais do século XVIII e início do século XIX, associadas ao início da industrialização, numa realidade social em que, sem direitos, sem qualquer proteção social e com um elevado nível de analfabetismo, os operários começaram a organizar-se, para coletivamente melhor poderem responder às suas necessidades.

De início surgiram com o objetivo de promover a instrução e a cultura, assentes nos princípios da solidariedade e da cooperação.

Posteriormente, transformaram-se também em espaços de recreio e convívio, desenvolvendo inúmeras atividades para além da instrução, designadamente, através das associações de socorro mútuo na doença, das sociedades

cooperativas de consumo e produção, das caixas de crédito e de inúmeras associações de instrução popular.

Baseando-se em princípios da solidariedade e da cooperação, muitas das suas atividades desenvolveram-se bem para além da instrução, incluindo o ensino da música, da formação de bandas filarmónicas, de grupos de teatro e a realização de tertúlias.

Antes do 25 de Abril de 1974, já as coletividades praticavam o direito de livre associação, de reunião, de expressão e de opinião, de tal modo que o exercício e a prática da democracia e da liberdade eram já uma realidade na sua vida interna.

Representaram, por isso, polos de grande resistência antifascista, no período da ditadura fascista.

Mesmo nesses momentos mais negros, as coletividades tiveram a capacidade e a força de continuar a desenvolver as suas atividades.

Com a Revolução de Abril, o Movimento Associativo Popular conheceu um novo e diversificado crescimento, nomeadamente, no que se refere às coletividades de cultura, recreio e desporto, bem como, pelo surgimento de associações de âmbito social, de reformados, pessoas com deficiência, associações juvenis e de estudantes, associações ambientais, associações de moradores, associações de pais, entre muitas outras.

Hoje existem em Portugal mais de 30 mil coletividades e associações, 425 mil dirigentes e mais de 3 milhões de associados que constituem o Movimento Associativo Popular no nosso País, construindo um alargado espaço de formação pessoal e cívica, de aprendizagem e exercício dos valores democráticos, da participação e da liberdade.

CONSIDERANDO ser inegável a significativa proximidade que o Movimento Associativo Popular tem com as comunidades onde se insere, bem como, fruto

dessa mesma proximidade, o conhecimento das necessidades, vivências e realidades das comunidades locais, partilhando as suas preocupações e encontrando soluções para a sua resolução, contribuindo para a inclusão e o desenvolvimento local;

CONSIDERANDO que os dirigentes associativos, restantes sócios e voluntários desenvolvem um relevante trabalho de dedicação e valor incalculável;

CONSIDERANDO reconhecer a importância do papel social e cultural das coletividades, pela sua participação ativa no desenvolvimento de uma vila mais inclusiva, bem como, a necessidade de proteção das coletividades de Alcochete, nomeadamente, no que diz respeito aos inúmeros problemas económicos que as vêm afetando, em resultado da Pandemia iniciada em 2020.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, delibera saudar:

- 1 As coletividades do concelho de Alcochete e os seus dirigentes pelo trabalho, voluntário e benévolo, que vêm desenvolvendo ao serviço das populações, na promoção da cultura e do desporto e na defesa dos valores do associativismo popular;
- 2 As coletividades do concelho de Alcochete, bem como, as suas estruturas representativas, que contribuem, com o seu trabalho voluntário, para a inclusão social e associados que mantiveram o pagamento das suas quotas.

Mais delibera:

- Remeter a presente deliberação a todas as coletividades do concelho de Alcochete;

- Divulgar a presente deliberação nos habituais locais públicos tais como, o Boletim do Município no sítio *web* do Município e nas redes sociais.»

Submetida à discussão registou-se a seguinte intervenção:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu concordar com a saudação, salientando que os dois últimos anos foram muito difíceis para as coletividades e para o movimento associativo. O concelho de Alcochete é muito rico em coletividades e associações, centenas de pessoas se encontram envolvidas em coletividades e associações, que muitas vezes se substituem à câmara municipal e juntas de freguesia na organização de eventos para a população.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Cecília Martins, bancada do Chega

Mencionou que se verifica a existência de perdas de água nos sistemas de rega, muitos inclusive, nas zonas novas de Alcochete. Questionou o presidente da câmara sobre se pensa fazer algum levantamento global do sistema de rega, dado que as perdas de água agravam o estado da seca, para além de existir um gasto desnecessário de água.

Seguidamente, referiu que o Chega efetuou uma proposta para integração no Orçamento de 2022 de criação de uma base de dados das IPSS's e das pessoas que usufruem de apoio, no sentido de se poder identificar e ajudar de forma mais eficaz quem precisa e por outro lado ajudar no combate à fraude. Questionou qual era a ideia do executivo em relação à proposta efetuada que, inclusive, seria implementada sem custos.

Proseguiu, alertando para o facto de na zona reservada da Assembleia Municipal ainda não constar na sua composição o partido Chega.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Rui Mortal, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação ao “Comércio Local do concelho de Alcochete”:

«Após dois anos de Pandemia, o comércio local continua a travessar um período difícil, mas continua, também, a preservar ao máximo a sua capacidade produtiva e a manutenção do emprego.

Muito se deve à sua resiliência e persistência em manter as portas abertas, em sacrifício, muitas vezes, da sua situação financeira.

Os pequenos comerciantes têm sofrido com as recentes crises, com políticas fiscais desajustadas, a que se juntam os fracos apoios concedidos, a título de subsídios, por parte do poder central e a dificuldade de acesso aos mesmos.

Em muitos casos, levando a situações de agravamento do endividamento.

O comércio local é, sem dúvida, um dos agentes fundamentais do progresso e do desenvolvimento económico do concelho de Alcochete e da promoção do que Alcochete tem de melhor, nomeadamente, a sua gastronomia e as suas gentes.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, delibera saudar:



- Todos os estabelecimentos comerciais em geral e seus trabalhadores que, com todo o seu empenho, ajudam a construir um concelho melhor.

Mais delibera:

- Remeter a presente deliberação a todas as lojas que integram o comércio local do concelho de Alcochete;
- Divulgar a presente deliberação nos habituais locais públicos, tais como, o Boletim do Município no sítio *web* do Município e nas redes sociais.»

Submetida à discussão, registou-se a intervenção do seguinte membro:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Referiu que estava inteiramente de acordo com a Saudação, salientando o facto de estes dois últimos anos terem sido muito difíceis para o comércio local em geral e, particularmente, em Alcochete. Realçou o facto de o município ter apoiado fortemente o comércio local, nomeadamente, com a isenção das taxas de ocupação do espaço público, com a redução da tarifa da fatura da água, entre outras medidas, como o reabrir em segurança.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por unanimidade.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Rui Mortal, bancada da CDU

Questionou o executivo se está nos seus planos adquirir algum autocarro para apoio às coletividades do concelho.

Mais questionou se está a ser efetuada manutenção às bicicletas públicas, dado que alguns munícipes lhe transmitiram que algumas se encontram degradadas.

- Jorge Sinquénique, bancada do CDS/PP

Questionou o executivo camarário sobre que diligências é que o município está a levar a cabo para integrar e recolher os refugiados ucranianos.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação pelo “25 de Abril de 1974”:

«Há quarenta e oito anos, após a madrugada libertadora do dia 25 de Abril de 1974, sonhou-se que aquela manhã bela e sublime seria o fim da História. Não haveria mais exploração, não viveríamos mais no obscurantismo provocado pelo regime fascista existente, nas trevas e na ignorância. Não seria mais o poder exercido de forma paternalista, escondendo aos Cidadãos aquilo que aos Cidadãos diz respeito.

Nessa madrugada do “dia inicial inteiro e limpo” como lhe chamou Sophia de Mello *Breyner Andresen*, sonhou-se com a igualdade, a liberdade e a justa distribuição da riqueza.

Comemorar Abril é comemorar o que a Revolução representa e expressa enquanto revolução libertadora com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorar Abril é relembrar o que foi o fascismo, combater o seu branqueamento e destacar a luta antifascista pela liberdade e a democracia.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Comemorar Abril é reafirmar a importância das suas conquistas e sublinhar o que Abril constitui hoje no que respeita a valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Comemorar Abril é também:

a instauração de liberdades democráticas fundamentais e direitos básicos dos cidadãos;

a instauração da liberdade sindical e o direito de organização dos trabalhadores;

o fim da guerra colonial e da independência das colónias portuguesas;

a instituição de uma democracia política;

a liquidação do capitalismo monopolista de Estado, dos grupos monopolistas portugueses e o seu domínio sobre a economia, a política e a vida nacionais;

a realização de profundas transformações económicas, sociais e culturais nos campos, nomeadamente, através da Reforma Agrária,

a consagração e promoção da igualdade de direitos do homem e da mulher e dos direitos dos jovens,

o melhoramento das condições de vida do povo, institucionalizando o salário mínimo nacional, as reformas e as pensões mínimas, o direito à segurança social para largos sectores da população, o alargamento do direito a 30 dias de férias, do subsídio de férias, o 13.º mês e da licença de parto, a redução do horário de trabalho, a proteção no desemprego, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos;

Pôr fim ao isolamento internacional do País e à sua inteira submissão à política do imperialismo.

Abril é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Hoje faltam outros vinte e cinco de abril.

Um 25 de abril para todas as mulheres que ainda hoje lutam e aspiram à verdadeira igualdade no mercado de trabalho, no exercício de direitos parentais, no acesso a cargos de poder.

Um 25 de abril para os refugiados que aguardam a libertação da guerra e a possibilidade de regressarem aos seus países ou criar raízes noutras locais.

Um 25 de abril para todas e todos os trabalhadores precários e independentes, que lhes veem ser negados mínimos de subsistência digna.

Um 25 de abril para o mundo rural, votado ao esquecimento e à pobreza nos últimos 40 anos.

O 25 de abril é uma promessa. Lutamos para que se cumpra Abril.

A Assembleia Municipal de Alcochete, reunida em 29 de abril de 2022, delibera, sob proposta dos Deputados Municipais da Bancada da CDU:

1. Prestar homenagem a todos quantos lutaram contra a ditadura e em prol da liberdade, da igualdade e da democracia.
2. Saudar todas as conquistas do 25 de abril e do regime democrático.
3. Reconhecer o processo contínuo de aprofundamento da democracia política, social e económica, de luta pela igualdade, pela liberdade e pela justa repartição da riqueza.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (14 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 2 abstenções (1 do Chega e 1 do PS).

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Maduro, bancada do PS

Solicitou o ponto de situação sobre o relatório epidemiológico do concelho, relativamente ao Covid-19, bem como, quanto à vacinação.

Saudou o executivo camarário pela “Quinzena da Juventude”, que considera que decorreu muito bem. Voltou a ser um modelo aberto ao público, com uma grande diversidade de temas, onde cultura, juventude e tradição se misturaram. Espera que futuramente esta quinzena abarque cada vez mais temas e mais público presente.

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Solicitou informação sobre a previsão de conclusão da obra da avenida do Canto do Pinheiro, bem como, se está prevista alguma solução a curto prazo para diminuir os transtornos causados aos residentes locais.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Apresentou a seguinte Recomendação “Pela disponibilização do serviço de marcação de consultas por telefone no Centro de Saúde de Alcochete”:

«Todos os dias dezenas de pessoas de várias idades se deslocam à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Alcochete horas antes do seu horário de abertura na tentativa de conseguir ter disponibilidade para uma consulta, muitas vezes sem sucesso.

Apesar do Centro de Saúde dispor de um contacto telefónico, há vários anos que os utentes não conseguem entrar em contacto com os serviços administrativos para marcação de consultas. Sendo esse serviço disponibilizado apenas *online*, através do site do Ministério da Saúde ou presencialmente.

A marcação de consultas de forma *online* poderá ser uma forma de diminuir parcialmente a fila de espera diária que verificamos todos os dias na abertura do Centro de Saúde, no entanto, é um serviço inacessível a pessoas de faixas etárias mais avançadas. Nesse sentido, a disponibilização de um serviço de marcação de consultas por telefone iria dar resposta à população que não tem acesso ou facilidade em utilizar serviços *online* e, desta forma, diminuiria a concentração de pessoas que todas as manhãs procuram agendar uma consulta, tornando também os serviços mais eficientes e com menos tempos de espera para os utentes.

Adicionalmente, este serviço, permitindo também a desmarcação de consultas por telefone, poderia evitar com que ficassem vagas por preencher devido a cancelamentos de consultas previamente marcadas, mas que não tenham sido desmarcadas por dificuldade em contactar os serviços.

Em face ao exposto, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, delibera recomendar ao Executivo:

1. Que promova junto do ACES do Arco Ribeirinho a criação de uma linha de atendimento telefónico para a marcação de consultas;
2. Que divulgue nos canais de comunicação da Câmara Municipal de Alcochete, a possibilidade de marcação *online* de consultas na UCSP de Alcochete.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Maria Manuel Maduro (Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete), bancada do PS

Informou que as três juntas de freguesia do concelho de Alcochete (devido o telefone do centro de saúde não ser atendido) prestam o serviço de marcação de consultas e pedidos de receita médicas, facilitando, assim, a vida aos idosos e menos idosos.

- Andreia Sousa, bancada do PSD

Referiu que a bancada do PSD tem conhecimento que as juntas de freguesia prestam esses serviços, sendo que de alguma forma é uma ajuda, no entanto, fará mais sentido ser o próprio centro de saúde a prestar esse serviço. Salientou que ao pesquisar o contacto para marcação de consultas o que aparece é o número de telefone do Centro de Saúde de Alcochete, assim, as pessoas tentam contactar diretamente o centro de saúde, não se lembrando de contactar as juntas de freguesia.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Julga que as juntas de freguesias como órgãos do Poder Local estão mais próximas da população, pelo que têm um melhor conhecimento sobre as pessoas que possam utilizar este serviço. Tem muitas dúvidas que esse serviço estando alocado ao centro de saúde vá melhorar, porque é facto que as pessoas telefonam e o telefone não é atendido, para não falar na escassez também de outros serviços existentes no centro de saúde. Contudo, concordará com a proposta, se a deputada o conseguir convencer que esse serviço terá uma grande vantagem para a população, em detrimento daquilo que já acontece nas juntas de freguesia.

- Presidente da assembleia

Referiu que o serviço prestado pelas juntas de freguesia é um serviço complementar, não é antagónico, considerando não valer a pena estar a dizer que um funciona melhor que outro. A proposta apresentada é deliberar no sentido do ACES promover e melhorar o seu serviço. O serviço ao ser prestado também pelas juntas de freguesia é só um complemento.

Submetida à votação, a Recomendação foi aprovada por unanimidade.

– Helena Batista, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação “1.º de Maio”:

«No dia 1 de maio de 1886, centenas de milhares de operários norte americanos, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade necessitada de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então, as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade das mulheres e dos homens trabalhadores.

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e garantias, essa instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do nosso país.



Quando há um ano atrás, ao saudar esta data, dizíamos estar «num ponto fulcral de mudança de paradigma, onde a recusa em fazer os necessários ajustes pode significar o fim do mundo como o conhecemos», estávamos longe de imaginar o novo desafio que o futuro próximo nos reservava. O momento de mudança de paradigma chegou e obriga-nos a repensar ainda mais o papel da Humanidade no mundo, a reformular modelos económicos, laborais, sociais, educativos, administrativos, culturais e tecnológicos. Nunca, como agora, a sustentabilidade foi tão urgente e imperativa.

Ao fim de dois anos de pandemia, que nos tolheram e fragilizaram e com a nova guerra na europa, a esperança desgasta-se, mas é nos momentos mais difíceis que encontramos a motivação para lutar e fazer melhor. É neste momento que, após o aumento generalizado do custo de vida, a motivação e a luta por salários e pensões que venham a acompanhar a inflação e a carga fiscal, faz mais sentido.

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, nomeadamente, na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

A bancada da CDU, saúda o 1.º de Maio e o seu significado na vida do povo português.»

Seguidamente, o presidente da assembleia em resposta à questão apresentada pela deputada do Chega, relativamente ao facto de na zona reservada da Assembleia Municipal ainda não constar na sua composição o partido Chega, mencionou que após verificar no *site* do município, confirma que na composição da Assembleia Municipal consta o Partido Chega e o nome da deputada, pelo que solicitou que a mesma acesse ao *site* da câmara municipal para poder confirmar.

De imediato, passou a palavra ao presidente da câmara municipal para resposta às questões colocadas pelas diversas bancadas.

– Presidente da câmara

Quanto às questões colocada pela deputada Cecília Martins, da bancada do Chega e relativamente às perdas de água dos sistemas de rega, mencionou que essa era uma tarefa muito difícil de controlar, não obstante todo o empenho dos profissionais do Setor de Águas e Saneamento e do vereador do pelouro, salientando que só recentemente é que os sistemas foram ativados, dado que no período de inverno estão desligados. Comunicou que a autarquia no mandato anterior preconizou um grande investimento na implementação de novos sistemas de rega e reparação dos sistemas que não estavam a funcionar. Evidenciou a existência de muitos espaços verdes no concelho que necessitam de rega, por isso é natural que exista alguma perda de água, mas não lhe parece que seja uma situação tão catastrófica como a deputada quis dar a aparecer.

Seguidamente referiu que os partidos ao abrigo do direito da oposição podem apresentar propostas para integrar o orçamento, todavia, isso não é sinónimo que o executivo integre a proposta logo no orçamento imediatamente a seguir, podem ser projetadas no ano seguinte. A proposta que foi efetuada pela Chega integra um trabalho maioritariamente desenvolvido pelas Instituições de Particulares de Solidariedade Social (IPSS's). No capítulo da Descentralização de Competências, na área da Ação Social existem parcerias que já existiam e que vigoram, ligeiramente diferente, mas que mantém o foco nestas instituições. Salientou que tinha algumas dúvidas, se do ponto de vista legal a proposta apresentada era passível de se concretizar, considerando a existência do Regulamento Geral de Proteção de Dados. Mais mencionou que, antes do encerramento do orçamento para o ano seguinte, tem o cuidado de ouvir aquilo que são as propostas dos partidos que participam ao abrigo do direito de oposição, algumas propostas que considera legítimas e pertinentes integram o orçamento e as outras que não foram integradas, se estiverem reunidas as condições, poderão vir a ser introduzidas no orçamento do ano seguinte.

Em relação às questões colocadas pelo deputado Rui Mortal, da bancada da CDU e, nomeadamente, relativamente à aquisição de autocarro que sirva as instituições e coletividades do concelho, informou que, pelo menos no ano de 2022, não está previsto a aquisição de autocarro. Apontando os seguintes motivos: inexistência de trabalhadores com características para conduzir o autocarro, falta de espaço para abrigar o autocarro na sua totalidade e a difícil gestão e articulação para abranger todas as necessidades, pelo facto de existir no concelho cerca de 60 coletividades, para além de outras instituições e escolas do concelho. Mais mencionou que tinha dificuldades em assumir esta aquisição nos tempos próximos, tendo em conta que as prioridades que o executivo definiu para o concelho estão longe de estar resolvidas. Salientou que ao abrigo dos contratos programas a câmara municipal está disponível para apoiar as coletividades no aluguer de viaturas.

Quanto à manutenção das bicicletas públicas, informou que a autarquia efetuou um contrato de prestação de serviços que entrou em vigor a partir do momento em que foi preconizado este sistema para o efeito. Mencionou que o executivo não tinha conhecimento da existência dos problemas expostos.

Em resposta ao deputado Jorge Sinquénique, da bancada do CDS-PP, referiu que desde o momento que a Rússia invadiu a Ucrânia, a autarquia tem estado a desenvolver o trabalho que é possível, através de parcerias com outras entidades, tendo sido criada uma Estratégia Local para integração de refugiados ucranianos, mormente com o Cais do Sal.

Posteriormente, agradeceu a saudação endereçada pela deputada Ana Maduro da bancada do PS, quanto à organização da “Quinzena da Juventude”, estendendo a mesma aos colaboradores da câmara municipal.

Seguidamente apresentou o relatório epidemiológico, à presente data: número total de casos de infeção de 6800, número acumulado de casos de infeção nos últimos 14 dias de 265, incidência acumulativa de novos casos nos últimos 14

dias por 100.000 habitantes de 1329, número de recuperados de 6505 e 30 óbitos.

Informou que o Centro de Vacinação de Alcochete se encontra a funcionar no Fórum Cultural de Alcochete, às quartas e quintas-feiras, no horário compreendido entre as 09h00 e as 13h00 e as 13h30 e as 15h30. Até à presente data foram administradas 7836 vacinas. Recordou que a câmara municipal em parceria com a corporação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, continua a assegurar o transporte dos munícipes do concelho para o centro de vacinação, de acordo com os critérios de mobilidades definidos, tendo sido transportados, até à presente data, cerca de 500 utentes. A marcação do transporte pode ser efetuada através do número 21 234 86 46.

Relativamente à questão colocada pela deputada Andreia Sousa, da bancada do PSD, sobre a obra de requalificação e implementação de uma via ciclável e pedonal que liga a avenida 5 de Outubro à avenida do Canto do Pinheiro, referiu que, quer a obra fosse efetuada no verão, quer fosse no inverno, causaria transtornos, até porque está a ser preconizado a alteração de todo o sistema de subsolo existente no local. É uma obra que tem um prazo de execução de um ano, pelo que irá perdurar até ao final do ano de 2022.

Informou que houve o cuidado de preconizar um conjunto de medidas para mitigar/minimizar os transtornos. Do ponto de vista dos transportes públicos, foi assegurado por conta do município o transporte dos moradores através de uma carrinha para a paragem mais próxima, que funciona entre as 07h00 e as 10h00, entre as 12h00 e as 14h00 e entre as 17h00 e as 20h00.

De seguida, quando à Recomendação apresentada pela deputada Andreia Sousa, referiu que a autarquia tem efetuado, sem grande sucesso, uma pressão enorme, junto do ACES Arco Ribeirinho, no sentido de este colocar em prática o sistema telefónico para resposta às necessidades da população. Saudou a atitude das juntas de freguesia, Alcochete, Samouco e S. Francisco de terem chamado a elas essa função de fazerem parte da solução que, não

sendo a solução perfeita, estão a prestar um serviço extraordinário aos seus fregueses, contribuindo para minimizar esse problema.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Ricardo Loureiro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de saudação “Dia Internacional do Trabalhador”:

«O Dia Internacional do Trabalhador é a data comemorada internacionalmente, que nasceu da luta de trabalhadores norte-americanos que, em 1886, fizeram pela primeira vez greve com o objetivo de conquistar melhores condições de trabalho, nomeadamente, a redução da jornada diária de trabalho das dezassete para as oito horas laborais.

Em Portugal, o direito de comemorar esta data só foi restituído após a Revolução dos Cravos, uma vez que durante o Estado Novo, as manifestações no Dia do Trabalho (e não do Trabalhador) eram organizadas e controladas pelo mesmo.

Ao longo dos anos, muito se tem feito para melhorar as condições laborais dos trabalhadores, como legislação, criação de postos de trabalho, a melhoria das condições contratuais, a regulação de contratos e o aumento do salário mínimo nacional, entre outras medidas.

Sabemos, no entanto, que há sempre muito por fazer e com o recente contexto pandémico foram muitos os constrangimentos e várias as alterações e adaptações necessárias ao dia-a-dia do trabalhador, mas também acreditamos que com resiliência e luta por uma melhor adaptação e adequação aos novos tempos, num futuro próximo, serão colmatados. A luta não para, nunca parou nem pode parar, porque a força motora do país – os trabalhadores e as suas

famílias – merecem mais e melhores condições laborais, respeito e apoio de patrões, parceiros e governo.

A bancada do Partido Socialista vem deste modo saudar aqueles que em 1886 ousaram reivindicar pela primeira vez os seus direitos laborais e todos os trabalhadores que atualmente continuam a ter a oportunidade de assinalar este 1.º de Maio em sua homenagem.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

**Ao abrigo da alínea d), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o seguinte membro:**

- Rui Mortal, bancada da CDU

Em resposta ao senhor presidente da câmara, relativamente ao autocarro, referiu que por lapso não mencionou as escolas, mas era sua intenção incluir estas, para além das coletividades. Saliou que durante muitos anos esse apoio foi fundamental para as coletividades, como para as escolas.

Quanto à manutenção das bicicletas, havendo um contrato de prestação de serviços, há que fiscalizar quem presta o serviço, no sentido de perceber se manutenção está a ser efetuada ou não.

**Ao abrigo da alínea f), do artigo 17.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “José Samuel Lupi (5 de maio de 1931 – 8 de março de 2022)”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista de Alcochete vêm por este meio expressar as mais sentidas condolências à família e amigos pela partida do Engenheiro José Samuel Lupi, vulto maior do toureio a cavalo e amigo de Alcochete.

Samuel Lupi, nasceu no seio de uma das mais famosas famílias de ganadeiros portugueses, na herdade de Rio Frio. Por lá cresceu, aprendeu a montar e tomou o gosto pelo campo e pelo trabalho agrícola, levando-o a licenciar-se em Engenharia Silvícola, pelo instituto Superior de Agronomia e a tirar a alternativa de cavaleiro tauromáquico, na Praça do Campo Pequeno apadrinhado por João Nuncio, a 16 de junho de 1963.

Para além de ter sido um dos grandes cavaleiros tauromáquicos portugueses e de renome internacional, considerado “um dos quatro Cavaleiros da Apoteose, junto com rejoneadores Ángel e Rafael Peralta e Álvaro Domecq Romero”, cuja década de 70 do século XX foi marcante na sua carreira. Lupi também ganhou especial destaque como criador de cavalos e ganadeiro de toiros bravos, com os seus dois ferros, Rio Frio e José Lupi.

Para os amantes da Tauromaquia será sempre recordado como um dos Mestre do toureio a cavalo, mas para Alcochete também ficará na memória como um amigo da terra e das gentes, como alguém que esteve pronto a ajudar os outros nos tempos mais difíceis e aqui permanecerão eternamente laços de amizade. Fica o seu legado – um Homem amável e de enorme exemplo de humildade.

No concelho de Alcochete será sempre uma personalidade emblemática. Um Homem que se dedicou ao movimento associativo do concelho, quer pelos apoios que foi concedendo às coletividades, quer também pela disponibilidade para integrar os órgãos sociais do movimento associativo, nomeadamente a Casa do povo, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de

Alcochete e também o Aposento do Barrete Verde de Alcochete, para o qual também contribui enormemente para a realização das Festas do Barrete Verde. O reconhecimento pelos seus feitos estão bem patente pelas gentes de Alcochete, são disso exemplo, a atribuição da medalha de Honra do Concelho, a atribuição da medalha da Restauração do Concelho e o destacado busto “José Samuel Lupi” no largo António dos Santos Jorge – “Foi este povo de Alcochete que me fez viver aqui, pelos amigos que aqui criei, pelo espírito das suas gentes, pelos lugares que ocupei desempenhando cargos públicos aqui em Alcochete e, talvez pelo cheiro a sal do nosso rio – foi tudo isso que me fez ficar em Alcochete” – palavras do saudoso Samuel Lupi.

José Samuel Lupi faleceu a 8 de março do corrente ano, aos 90 anos. Partiu uma lenda da tauromaquia, um dos grandes embaixadores da cultura portuguesa pelo mundo, recordado e homenageado por todos, mas o seu legado permanecerá entre nós.

Solicita-se que este voto de pesar seja votado e remetido para os familiares de José Samuel Lupi.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às várias coletividades do concelho, que comemoraram recentemente os seus aniversários e que passamos a enumerar:

- O Clube Taurino de Alcochete, fundado a 18 de fevereiro de 1998, pelo seu vigésimo quarto aniversário;



- O Sport Clube do Samouco, fundado a 25 de fevereiro de 2005, pelo seu décimo sétimo aniversário;
- A Sociedade Recreativa de São Francisco, fundada a 1 de março de 1944, pelo seu septuagésimo oitavo aniversário;
- A Associação GilTeatro, fundada a 4 de março de 1997, pelo seu vigésimo quinto aniversário;
- A Associação de Caçadores de Alcochete, fundada a 13 de março de 1989, pelo seu trigésimo terceiro aniversário;
- A Associação de Pescadores de Alcochete, fundada a 18 de março de 2005, pelo seu décimo sétimo aniversário;
- O Futebol Clube de São Francisco, fundado a 19 de março de 1977, pelo seu quadragésimo quinto aniversário;
- A Associação Académica de Alcochete, fundada a 23 de março de 1994, pelo seu vigésimo oitavo aniversário;
- A Associação das Tradicionais Festas de Confraternização Camponesa, fundada a 3 de abril de 2002, pelo seu vigésimo aniversário;
- A Casa do Povo de Alcochete, fundada a 15 de abril de 1943, pelo seu septuagésimo nono aniversário.

Deixamos ainda uma palavra de apreço e ânimo aos organizadores das tradicionais Festas do Círio dos Marítimos, que mais uma vez não se realizaram por não se encontrarem reunidas as condições sanitárias satisfatórias durante a época Pascal, com votos de que para o próximo ano tudo volte à normalidade.

E, para finalizar, deixamos uma palavra de incentivo à Associação de Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco por este ano voltar a organizar as tão desejadas e emblemáticas festas da freguesia, de 2 a 5 de junho, ao fim de dois anos de interrupção forçada pela pandemia.

A todas as nossas associações e coletividades que continuam a desempenhar um papel fundamental em prol do nosso concelho e da nossa população, a bancada do PS agradece o esforço e dedicação e solicita à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 29 de abril de 2022, que este Voto de Louvor seja remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Apresentou o seguinte requerimento:

«De acordo com o divulgado pela comunicação social, a espanhola Iberdrola anunciou que iniciou a construção de quatro parques fotovoltaicos com capacidade combinada de 86 megawatts (MW) em Setúbal, adjudicados no leilão solar fotovoltaico realizado em 2019, com as obras a empregarem até 500 pessoas.

Refere a empresa em comunicado que: “São quatro parques solares localizados no distrito de Setúbal, adjudicados no leilão de 2019: Algeruz II, com 27,35 MW de capacidade instalada, Conde (13,51 MW), Alcochete I (32,89 MW) e Alcochete II (12,72 MW)”.

De acordo com a empresa, dois destes parques, Alcochete I e Alcochete II, terão tecnologia bifacial, que “alcança maior eficácia, pois conta com duas superfícies sensíveis à luz”.

Visto que tal investimento irá abranger terrenos em Alcochete e, tendo em conta que não é a primeira vez que investimentos desta natureza se instalam em terrenos de aptidão agrícola, a bancada da CDU, solicitam resposta às seguintes questões:

1. Se já foi apresentado pedido parecer técnico à Câmara Municipal de Alcochete?
2. Tendo sido apresentado pedido de parecer técnico, qual o teor do parecer?
3. Qual a dimensão deste investimento?
4. Onde de facto se localizam os terrenos em Alcochete que serão abrangidos e qual a classificação desses imóveis face ao PDM em vigor (agrícolas ou industriais)?
5. Sendo viável a construção da referida instalação, quais as contrapartidas, financeiras ou outras, que estão previstas?».

– João Espiga, bancada do PS

Apresentou a seguinte Moção “Contra a invasão da Federação Russa à Ucrânia”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar uma Moção contra a invasão da Federação Russa à Ucrânia.

A evolução progressiva da Humanidade tem-se verificado em diversas esferas da sociedade, nomeadamente, no contexto social, económico, tecnológico, cultural, ideológico, político e ambiental. Tendo em conta a dinâmica da sua evolução, o Homem como ser intelectual e racional, deveria respeitar a diversidade existente entre os povos e culturas, como forma primária de

civilização e progresso. Ao invés, assistimos a eventos bárbaros e perversos, que nos envergonham e chocam como seres pensantes.

Em pleno século XXI é-nos extremamente difícil entender e aceitar que a Paz continue ausente em tantos países e lugares do mundo. A marca e o rasto das duas Guerras Mundiais nunca servirão de lição, para aqueles que gananciam poder e protagonismo. Esses seres desprezíveis que as defendem, continuam numa atitude mesquinha e cobarde, a desculpabilizar governos e a comparar guerras, como se umas fossem melhores do que outras. Todas as guerras são más e todas se podem evitar, se ao diálogo for dado primazia.

Todas as guerras são condenáveis, venham elas de onde vierem, partam elas de onde partirem. A violência gera mais violência, fomenta ódios entre povos, marca gerações e causa feridas que são difíceis de sarar. Se o propósito da política é o bem-estar das pessoas, esta deixa de fazer sentido quando não se observa a Paz. Quando se valoriza a política e o poderio económico e belicista em detrimento da Paz e do progresso da civilização, estamos a caminhar, lamentavelmente, para a queda dos valores essenciais da Humanidade.

Neste contexto, condenamos veementemente, o ataque deliberado da Federação Russa sobre o território soberano da Ucrânia. Esta agressão foi unilateral, não foi provocada, existindo claramente um agressor e um agredido. Existe um país invasor e um país invadido, sem sombra para dúvidas, falamos de uma invasão da Rússia à Ucrânia!

A Federação Russa pretende instaurar uma ditadura sobre um estado soberano detentor de uma democracia vigente, para tal empregando a violência, o medo e a mentira para impor os seus ideais, não respeitando a vontade do povo ucraniano, legitimado para decidir o seu futuro. O agressor, não olhando a meios para atingir os seus fins, sacrifica civis, de todas as condições e faixas etárias, atua sem escrúpulos e sem piedade, em domínios da vida civil, destruindo deliberadamente hospitais, escolas, jardins de infância, teatros, museus e tem a audácia de o negar. No seu rasto destrutivo vai

arrasando povoações, vilas e cidades inteiras e ceifando milhares de vítimas inocentes, em nome de ganâncias e de interesses obscuros.

A autodeterminação, a soberania e a independência de um povo, bem como, a defesa dos seus valores, da sua religião, da sua cultura, dos seus hábitos e da sua vida autónoma, têm de ser respeitados e defendidos, quando são rudemente atacados. Infelizmente, esta é a situação que está a ocorrer.

Assistimos a imagens e relatos de um povo que está a lutar pela paz, pela segurança e pela sua liberdade, em suma, um povo que está a lutar pela VIDA. São imagens terríveis que nos entram em casa, de todos aqueles que, profundamente, marcados pelos eventos belicistas, choram o que perderam e questionam a sua vida, doravante.

As atrocidades cometidas, deixam-nos chocados e perplexos. Questionamo-nos como é possível, cometerem-se atos tão medievais e bárbaros sobre civis que apenas querem viver o dia a dia com as suas famílias e os seus entes queridos da mesma forma que nós o fazemos.

É motivo de orgulho, como nação, termos constatado que “quase” todo o nosso país, partilha e condena estes atos. Felizmente, foram poucas as vozes reticentes e discordantes. Distorcendo a realidade, tais vozes continuam, lamentavelmente, reféns de uma ideologia partidária, cujos valores retrógrados, impedem uma análise isenta e humanista da guerra, aliás, não há lugar para outra análise!!

Em todas as circunstâncias, quem provoca a guerra tem de ser sempre firmemente condenado. Temos de ser objetivos neste julgamento, não podem existir ambiguidades, fatores de comparação com guerras que ocorreram no passado, pseudo-ponderações ou qualquer outro tipo de hesitação. Acima de tudo, temos de nos rever no sofrimento do povo ucraniano e ter a capacidade de julgar, isentamente, os agressores.

Neste contexto solidário e humanitário constitui-se no concelho de Alcochete, um movimento de apoio aos inúmeros ucranianos deslocados, dando seguimento à intenção da Sr.<sup>a</sup> *Tatyena Antoniv*, de nacionalidade ucraniana, trabalhadora e empresária local, intitulado – Movimento *Tatyena Antoniv*. Este apoio foi prontamente acolhido e apoiado pela Câmara Municipal de Alcochete, pelas juntas de freguesia do concelho, Corporação de Bombeiros Voluntários de Alcochete, a par da solidariedade de algumas instituições, muitas pessoas da sociedade civil e de empresários do concelho e dos concelhos limítrofes.

Através desta ação conjunta, digna e louvável, disponibilizaram-se meios humanos e materiais de apoio aos ucranianos deslocados, ajudando-os numa atitude solidária, que tem nesta Moção um relevante destaque de apreço e de reconhecimento pelo esforço que tem sido prestado, que aqui através dos nossos órgãos autárquicos, representando deste digno modo, a essência hospitaleira e acolhedora da população de Alcochete, agradecemos.

Para terminar, deixamos uma reflexão, uma frase que certamente alguns de vós terão conhecimento, elaborada por *Erich Hartmann*, antigo piloto caça alemão, durante a Segunda Guerra Mundial, que disse o seguinte: “A guerra é um lugar, onde jovens que não se conhecem e não se odeiam, se matam entre si, por decisão de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam”.

Pretende-se que esta Moção contra a invasão da Federação Russa à Ucrânia seja submetida a votação desta Assembleia e que seja remetida para o “Movimento Tetyana Antoniv” em Alcochete, Embaixada da Ucrânia em Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assembleia da República.»

Submetida à discussão, não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Moção aprovada por unanimidade.

– Orlando Gomes, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Moção “Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra”:

«É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar-fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos.

Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associada à guerra seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz.

As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados “crimes de guerra” ocorridos em Bucha não só são inquietantes como exigem cabal apuramento.

Considerando que todos os atos criminosos, incluindo em cenários de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países;

Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como verdadeiras, se vieram, posteriormente, a confirmar falsas e baseadas em operações de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas;

Considerando os graves perigos da escala da guerra para a região e o mundo e a urgência de soluções que garantam a paz.

A bancada da CDU da Assembleia Municipal de Alcochete, reunida a 29 de abril de 2022:

- Condena todo um caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014 promovido pelos EUA na Ucrânia, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a recente intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da União Europeia;
- Apela a iniciativas que contribuam para o cessar-fogo e um processo de diálogo com vista a uma solução negociada para o conflito, à resposta aos problemas de segurança coletiva e do desarmamento na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia, no interesse da paz e cooperação entre os povos;
- Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas em Bucha, assegurado por parte de entidades efetivamente independentes, determinadas pela real avaliação dos factos e não por pré-determinados julgamentos que contribuíram não para apurar a verdade, mas sim para alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objetivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua hegemonia mundial, papel que não cabe certamente à Assembleia da República Portuguesa;
- Condena todos os atos criminosos, incluindo em cenários de guerra, tenham ocorrido ou ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países.»

Submetida à discussão, registaram as seguintes intervenções:



- Presidente da assembleia

Referiu que não entendia a questão de se ter de apurar a verdade. Salientou que o Ministro da Defesa Russo, no dia de hoje, tinha dito que enviou um míssil para o edifício onde 10 minutos antes se encontrava o Engenheiro Guterres, que no dia anterior tinha estado em negociações com o líder da Rússia, pelo que, para si não há dúvidas sobre a verdade, pois são os próprios russos que comprovam.

Mencionou que o regime atual da Ucrânia não é o mesmo de 2014, o presidente dessa altura nem político era, pelo que nada tem a ver com o atual presidente. Evidenciou que o Iraque já não se encontra em guerra e o que interessa é o estado atual e, atualmente existe um povo ucraniano que sofre, pessoas que tinham uma vida normal e agora não têm nada. As guerras do Iraque, da Líbia e na Síria foram civis, que nada têm a ver com a invasão a um país por parte de outro. Portanto, não pode votar a favor de uma Moção que diz que se tem de apurar a verdade dos factos, porque não tem dúvidas dos factos, há uma invasão, há um povo destruído.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Considera curioso o facto de há 4 dias se ter celebrado a “Revolução dos Cravos” que acabou com o estado ditatorial e que Portugal se tornou numa sociedade soberana, onde o povo é quem mais ordena e depois se estar a imiscuir-nos naquilo que é a livre vontade dos outros povos. Esclareceu que o grande motivo do Golpe de Estado de 2014 foi o facto de ter existido uma consulta popular, no sentido de perceber se a população queria aderir à União Europeia, onde esta demonstrou a sua vontade em aderir, mas o presidente na altura não seguiu aquilo que a população quis, por ter relações estreitas com o poder de Moscovo, tal como acontece atualmente, por exemplo com a Bielorrússia. Mais considera que a CDU na sua Moção deveria ter ido mais além e ter dito com toda a firmeza que a Rússia invadiu a Ucrânia sem motivo aparente, onde há relatos de pessoas mortas com membros atados, pessoas

sem comer há semanas porque as suas cidades estão a ser bombardeadas, bebês mortos, menores violadas que engravidaram de soldados russos, ou seja, condenar todos estes factos que estão a ser investigados e que alguns já foram dados como provados.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Entende que a questão da veridicidade tem de ser efetuada, porque, a partir do momento em que passam imagens retiradas de jogos e dizem que foi um ataque da Rússia e depois não é, porque se faz montagens de imagens de outras alturas e de outras guerras e quando, inclusivamente, existem ucranianos em Alcochete, que têm família na Ucrânia que dizem que são mostradas imagens de zonas bombardeadas e que é mentira, estão intactas, pelo que há que procurar a veracidade. Ninguém está a favor da Rússia, mas considera que os ucranianos têm a sua quota parte de culpa.

– Presidente da assembleia

Referiu que apurar a verdade para ver se a Rússia invadiu a Ucrânia, se destrói cidades ou não, porque existem ucranianos que dizem que as imagens não são reais, acha que isso nem ao *Putin* lembra. Salientou que foi este, quando teve reunido com Guterres, que afirmou que a situação em Mariupol era trágica e era uma cidade destruída, pelo que não tem dúvidas desse facto. Dizer que Ucrânia fez algo que contribuiu para a guerra, que merece aquilo porque está a passar, porque contribuiu para isso, discorda e até fica indignado e considera que não é isso que a deputada pensa. Não acredita que haja razões para destruir um povo, matar crianças e mulheres, destruir escolas, pontes, casas.

Considera que a existência de Extrema Direita num país não é argumento para uma guerra no século XXI, tanto que não imagina que um país invadissem a França, pelo facto de Marine Le *Pen* ter ganho as eleições, como teve para ganhar. Foi argumento no século XX com o Hitler, mas presentemente, evoluímos, somos seres pensantes.

Considera que não é possível dialogar com a Rússia, porque existe uma pessoa que nega as evidências. Dizer que a Europa é belicista, porque está a fornecer armas a um povo para se defender, questionou, se assim não for, como é que um povo se defende de uma invasão.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Questionou a deputada Ana Brandão de qual era a culpa que os ucranianos têm para serem invadidos pela Rússia.

- Clara Vila Cova, bancada do PS

Considera que a Moção tem o intuito de manipular ideologicamente toda a situação, pelo que acha extremamente lamentável a apresentação da mesma.

- João Espiga, bancada do PS

Referiu não perceber como é que a bancada da CDU vota a favor da Moção apresentada pelo PS e depois apresenta uma Moção completamente distorcida da que foi exibida pelo PS. Para si a mesma é demonstrativa da política distorcida do PCP, ou seja, política de ziguezague que o PCP tem tido acerca desta matéria.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Salientou que a CDU votou a favor da Moção apresentada pelo PS sem reservas, pelo que dúvidas não existem que são contra a guerra. A Moção patenteada pela CDU, apenas vai mais além, porque para além da guerra da Ucrânia, que são contra incondicionalmente, também evidencia que são contra as guerras silenciosas que não aparecem nas televisões. Referiu que a solução para a guerra é o fim da mesma, mas que garantidamente não é com armas.

- Ana Maduro, bancada do PS

Salientou que a bancada do PS é contra a guerra que está a existir na Ucrânia, assim como todas as outras. Foi referido que a Moção da CDU vai mais além e que tem como intuito ser contra todas as guerras, contudo, o título da mesma não é isso que refere, pelo que solicitou esclarecimentos.

– Presidente da assembleia

Referiu que quando se fala em negociar a paz, não pode haver um dos lados a dizer que qualquer dia carrega no botão, neste caso a Rússia, colocando em causa a Humanidade, provavelmente, numa escalada de intimidação, mas mesmo assim, nenhum ser humano deveria dizer que destrói a Humanidade.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Considera que a solução para a guerra é a Rússia voltar para as suas atuais fronteiras. Salientou o facto de *Putin* ter recusado um encontro com o presidente *Zelensky*, para efeitos de negociações, portanto, em um dos lados existe um povo que está a ser invadido e que ainda assim, comparece a reuniões de cessar-fogo e do outro lado existe um país sem vontade de um cessar-fogo.

Referiu que existe muita informação, tanto de uma parte, como da outra, contudo, considera que a Rússia tem facilitado quanto ao apuramento da verdade, como por exemplo, ao pintar letras nos seus veículos militares, dizer que as pessoas em Bucha já estavam atadas e no chão, quando imagens de satélite negam esses factos e mostram que as pessoas foram mortas pelos soldados russos e mostram cidades destruídas pela Rússia, portanto, para si não há apuramento de factos mais óbvios que estes.

– Presidente da assembleia

Salientou o facto de uma das exigências efetuadas pela Rússia é a língua russa passar a ser a língua oficial da Ucrânia, como isso fosse uma exigência para uma guerra.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Salientou o facto de a bancada da CDU ter votado a favor da Moção apresentada pelo Partido Socialista, pelo que demonstra que a CDU é contra a guerra.

- Ana Maduro, bancada do PS

Mencionou que continuava sem perceber porque é que a Moção mistura guerras e qual o título da mesma, se a CDU é contra a invasão russa à Ucrânia ou não, salientando que a Moção fala de situações passadas, enquanto, se está a discutir uma Moção do presente, de factos que estão a decorrer há dois meses, onde um país soberano está a ser invadido por outro e que não tem resolução à vista. Continua sem perceber porque existe esta mistura na Moção.

- Rui Mortal, bancada da CDU

Realçou o título da Moção: “Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra”, considerando que a partir do mesmo se tem acesso à Moção.

Submetida à votação, a Moção foi reprovada com 5 votos a favor da CDU, 16 votos contra (14 do PS, 1 do PSD e 1 do Chega) e 3 abstenções (1 do PS e 2 do CDS-PP).

- Cecilia Martins apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do Chega:

«O partido Chega é contra qualquer guerra, invasão ou falta de respeito pela liberdade dos povos e respeito pelas suas fronteiras, não aceitamos, no

entanto, que após uma humilhante declaração inicial do PCP que não condenou os ataques do invasor russo, venham agora, numa tentativa desesperada de limpar a face, com um texto que apela à paz, mas tem uma carga ideológica que envergonha qualquer um ao considerarem e quase culparem o povo ucraniano, bem como, a NATO, da barbárie que acontece em solo ucraniano.»

- Diogo Mourão, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS, à exceção das deputadas Ana Lúcia Maduro e Mafalda Catalão:

«Os deputados do Partido Socialista votam contra esta Moção, repudiando o discurso distorcido do PCP, onde mistura vários assuntos e onde o corpo do texto vai contra o título. Trata-se de uma Moção de desculpabilização da invasão russa à Ucrânia e o Partido Socialista estará sempre do lado certo da história: ao lado dos povos soberanos e contra os regimes ditatoriais.»

- Ana Lúcia Maduro apresentou a seguinte declaração de voto, em seu nome:

«Votei em abstenção por não concordar com as ligações que a Moção apresentava, misturando temas e situações que não são comparáveis. Mas como sou contra a guerra, desta e de todas as outras, não poderia votar contra a Moção, mas também não poderia votar a favor por não concordar com o que era exposto, achando que a Moção deveria ir mais além, coisa que queriam, mas não o fizeram infelizmente.»

Seguidamente, a pedido do presidente da câmara, o presidente da assembleia passou a palavra ao mesmo.

- Presidente da câmara

Refente ao requerimento apresentado pela CDU, referiu que o assunto plasmado no mesmo já tinha sido alvo de informação, nomeadamente, em assembleia municipal e em reuniões de câmara, mas, como ficou com a

sensação da existência de alguma desconfiança relativamente ao tema, informou que a empresa Iberdola, anteriormente, o que fez chegar à câmara municipal foi um pedido de informação prévia que foi prorrogado durante vários meses, inclusive, em fevereiro de presente ano foi solicitado mais uma extensão da validade do pedido. Entretanto, há cerca de dois meses deu entrada nos serviços da câmara municipal, os projetos de arquitetura e especialidades, estando os mesmos a ser analisados. Antes destes procedimentos, informou que os projetos foram submetidos à Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta, porque assim a legislação obriga, entre outras entidades, que estão condicionadas a emitir parecer para um investimento desta natureza.

De acordo com os dados fornecidos pela empresa, o investimento será efetuado em dois terrenos privados, sitos na E.N. 118 e localizados imediatamente a seguir à empresa “Alirações” e antes da empresa “Maxampor”, compreendendo duas subestações, uma com uma área de 52,2 hectares e outra com uma área de 38,9 hectares, uma subestação com um valor de €19.500.000,00 e outra com um valor de €15.100.000,00. Ainda de acordo com informação prestada por esta empresa, estão previstos em média os seguintes postos de trabalho: trabalhos de construção e implementação no primeiro ano, sessenta a setenta postos de trabalho e na fase de exploração e manutenção, após o primeiro ano, dois a quatro postos de trabalho.

Adiantou que embora ainda os serviços da autarquia se encontrem a analisar os projetos de arquitetura e especialidades, o pretendido é possível de acontecer ao abrigo do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor.

Quanto às contrapartidas, não existem, porque o investimento não confina com equipamentos municipais e estrada municipal, portanto, aquilo que do investimento possa advir, é de acordo com o diálogo que manteve com a Iberdola, no sentido de esta entidade poder ter uma dinâmica e desenvolver atividades junto, sobretudo, dos edifícios escolares e comunidade escolar.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Questionou se os terrenos eram agrícolas ou industriais e, se forem agrícolas, se ao nível do PDM é permitido realizar o investimento.

- Presidente da câmara

Reiterou que ao nível do PDM não existia nada que impeça a realização deste investimento naqueles dois terrenos, pelo que se não há impedimento é porque os terrenos não serão agrícolas, que estariam eventualmente subordinados à Reserva Agrícola. Adiantou que a explicação concreta às questões colocadas será plasmada na resposta ao requerimento efetuado.

## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de intervenção.

Ao abrigo da alínea c), do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 20 de setembro de 2021**

Submetida à discussão, Ana Brandão propôs a seguinte alteração:

Página 7, 6.º parágrafo: onde se lê: “Construção de Coclovia e Requalificação...”, deve-se ler: “Construção de Ciclovia e Requalificação...”.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

Não votaram: Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, José Luís Nunes Catalão, João Agostinho da Costa Carapinha Espiga, Milton dos Santos Marques Alcaide, Maria Manuel da Costa Maduro, Clara Sofia Lopes Castanheira Carvalho Vila Cova, Orlando da Cruz Paninho de Almeida Gomes, Rui Miguel



da Silva Mortal, Helena Paula Menezes Batista, Patricia Pinto Felizes Figueira, Cecília do Carmo Teles Brandão Martins e Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

– **Ata da Primeira Sessão da Assembleia Municipal realizada em 18 de outubro de 2021**

Submetida à discussão Ana Maduro propôs a inclusão nos membros presentes pelo PS, o nome de Mafalda de Almeida Catalão.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com a inclusão do nome.

Não votaram: Milton dos Santos Marques Alcaide, Helena Paula Menezes Batista, Andreia Patrícia Silva e Sousa, Jorge Manuel de Sousa Sinquenique e Clara Sofia Lopes Castanheira Carvalho Vila Cova, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

– **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 19 de novembro de 2021**

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Milton dos Santos Marques Alcaide, Jorge Manuel de Sousa Sinquenique e Clara Sofia Lopes Castanheira Carvalho Vila Cova, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

Seguidamente, o presidente da assembleia referiu que na última sessão da assembleia municipal se tinha procedido à eleição dos membros para integrar a “Comissão para Revisão do Regimento da Assembleia Municipal”. Na altura, pela bancada do Chega foi eleito o deputado que se encontrava a substituir a deputada Cecília Martins. Posteriormente, recebeu uma mensagem (sms) do

dirigente do Partido Social Democrata, Pedro Louro, a questionar se poderia ser eleito um deputado substituto. Após, recebeu um *email* por parte da CDU a chamar a atenção para a mesma questão, a referir que deveria ser o membro eleito a integrar a Comissão e não o membro substituto.

Posto isto, mencionou que procurou na Lei e que não encontrou qualquer impedimento para que o membro substituto não possa ser eleito para a respetiva Comissão, pelo que questionou a bancada da CDU, qual era o normativo legal que impede essa eleição.

- Orlando Gomes, bancada da CDU

Referiu que a questão foi abordada, porque consideram que ao se estar a eleger um substituto do elemento efetivo da assembleia municipal, ficam dois elementos com funções na assembleia municipal, quando só um é que foi eleito.

- Presidente da assembleia

Esclareceu que fica um elemento na Comissão e outro na assembleia municipal. Para integrar a Comissão é um representante de cada partido e não um elemento eleito. Salientou que para dizer ao partido Chega que tem de alterar a sua nomeação para a Comissão, tem de referir qual é o normativo legal que sustenta esta solicitação. Como não encontrou na Lei e no Regimento da Assembleia Municipal de Alcochete qualquer impedimento, o Decreto-Lei n.º 169/99 e a Lei n.º 5-A/2002 apenas refere que compete à assembleia municipal criar comissões e eleger os seus elementos constituintes, pelo que questionou a bancada da CDU se poderiam ajudar nesta matéria.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Referiu que teria de ser o presidente da assembleia a fundamentar o porquê de ter aceitado essa eleição.

- Presidente da assembleia

Mencionou que não foi o presidente, mas a assembleia municipal que aprovou a constituição da Comissão. O PS propôs a criação da Comissão, tendo assim, solicitado a cada partido que indicasse um elemento para o efeito e a assembleia municipal votou, pelo que não é o presidente da assembleia que terá de justificar se existe algum impedimento, mas a assembleia municipal que elegeu os respetivos membros. O Regimento da Assembleia Municipal de Alcochete diz que compete à assembleia criar comissões e eleger os seus constituintes, salientando que existe, por exemplo, que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é constituída por elementos que não são membros efetivos da assembleia municipal.

- Ana Lourenço, bancada da CDU

Aludiu que nesses casos a Lei permite que não sejam elementos eleitos na assembleia municipal.

- Presidente da assembleia

Referiu que nos casos em que a Lei determina essas situações são para Comissões criadas pelo Governo. Dado o impasse, informou que iria solicitar um parecer jurídico sobre o tema, para depois a assembleia de acordo com o mesmo, tomar uma decisão.

Seguidamente, o presidente propôs a realização de um intervalo, pelo período de cinco minutos, o que foi aceite por unanimidade.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

## **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

## **PONTO 2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021 E RELATÓRIO DE GESTÃO 2021**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 13/04/2022:

«No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras determinada pelas suas necessidades, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas; e para a tomada de decisões.

A estrutura concetual da informação financeira pública, prevista no SNC-AP, estabelece que a informação proporcionada pelo relato financeiro deve incidir genericamente, sobre:

- a) A posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa;
- b) O relato da informação financeira, orçamental e não financeira acerca da prestação de serviços efetuados;
- c) A Informação financeira e não financeira prospetiva;
- d) A informação relativa aos fatores mais importantes subjacentes ao desempenho do serviço das entidades públicas no período de relato e os pressupostos que suportam as expectativas sobre as suas atividades futuras, bem como os fatores que as influenciam.

Dando assim cumprimento ao estipulado no SNC-AP elaboraram-se os documentos de Prestação de Contas de 2021 e o Relatório de Gestão de 2021,

que são acompanhados pelo *draft* da respetiva certificação legal de contas para conhecimento dos órgãos executivo que passará a definitivo após a sua aprovação em reunião de câmara e que será remetido à Assembleia Municipal para deliberação e conhecimento nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

Assim, proponho:

1. A aprovação da Prestação de Contas de 2021, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
2. A Aprovação do Relatório de Gestão de 2021, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. O envio dos documentos “Prestação de Contas de 2021” e “Relatório de Gestão de 2021” à Assembleia Municipal para deliberação, conforme a alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Antes de passar a uma breve explicação referente ao ponto, solicitou a substituição do Mapa de Demonstração de Execução Orçamental da Receita, em virtude de ter sido detetado um erro, após validação do mesmo no Ministério das Finanças que, entretanto, já se encontra regularizado. Pediu autorização ao presidente da assembleia para a Dr.ª Cláudia Santos, chefe da Divisão de Administração e de Gestão de Recursos, explicar o motivo de substituição do referido documento, o que foi aceite.

- Dr.ª Cláudia Santos

Explicou que foi um erro ocorrido no exercício do ano de 2020 para o qual não se encontra explicação técnica para o sucedido, nem a empresa de *software*

consegue elucidar sobre esse facto. Esclareceu que foi emitido um reembolso e efetuado o respetivo pagamento no mesmo dia, contudo o sistema efetuou a emissão do reembolso numa classificação económica e o pagamento noutra classificação económica. Isto originou aquilo que se chama de um saldo contranatura, isto é, a conta deveria ter um saldo credor e fechou o ano com um saldo devedor. Aquando da remessa dos documentos de Prestação de Contas para o Tribunal de Contas que faz a validação através do Ministério das Finanças, quer da remessa dos documentos mensais de todo o ano de 2020 e o respetivo fecho para a DGAL, o erro nunca foi detetado, passou sempre em validações, bem como, no ano de 2021. Comunicou que apesar da assembleia municipal ainda não ter decorrido, os serviços têm estado a introduzir elementos para remeter a conta. No presente ano, ao remeter estes, ao fazer a validação no Ministério das Finanças (só nesta altura do ano é que se pode fazer esta validação) o erro foi detetado. Salientou, todavia, que o erro não altera qualquer valor no respetivo mapa, não altera as contas apresentadas, aliás, o valor do total dos reembolsos por pagar no final do ano é o valor que apresentava o documento anterior, sem a correção. Assim, propôs a alteração do mapa.

– Presidente da câmara

Para efeitos de explicação do ponto, referiu que o exercício de 2021, a exemplo do que já tinha sucedido em 2020, fica marcado pelo combate à pandemia causada pelo vírus COVID19. Portugal e o Mundo, apesar de hoje vivenciar uma realidade diferente, ainda atravessam uma condição “sui generis” e rapidamente se percebe que tal crise está longe de ter apenas repercussões na saúde pública, arrastando, concomitantemente, uma crise económica e social de proporções nunca vistas nas últimas décadas. O Município de Alcochete, na sua perspetiva e restante executivo, respondeu bem às exigências de tão delicado momento, mas sobretudo atendendo às necessidades superiores da comunidade. Durante este período, houve oportunidade, através de uma gestão cuidada e rigorosa, de promover o apoio necessário à população, aos Bombeiros Voluntários de Alcochete, à Guarda Nacional Republicana, ao movimento associativo, instituições de âmbito social, agrupamento de escolas,

comércio e restante tecido empresarial, bem como a todos que combatem o vírus na primeira linha, através de medidas e investimentos imprevistos e muitos deles readaptados.

Foram várias as vezes que afirmou que tal gestão apenas só era passível de acontecer, com frequência diária e com total capacidade de improviso por parte de todos os trabalhadores da autarquia.

Esta efetividade operacional só foi possível pela rápida recuperação do estado financeiro da câmara municipal, o qual permitiu a sua redefinição e a sua prontidão de resposta. A gestão criteriosa e rigorosa implementada possibilitou e continuará a possibilitar a viabilidade dos novos desafios e os apoios extraordinários à comunidade do concelho, sem descurar os investimentos assumidos que seguramente avocam uma vital importância na vida das pessoas.

O concelho de Alcochete possui uma identidade plural que exige uma atenção e um empenho permanente perante todas as situações do quotidiano e a estratégia de desenvolvimento é necessariamente focalizada para a permanente construção de um concelho centrado nas pessoas.

O executivo pretende que Alcochete continue a ser uma referência no distrito e, sobretudo, na Área Metropolitana de Lisboa, sem que para isso perca a sua história. Por isso, com o empenho do executivo, dedicação e muitas das vezes num esforço imensurável, trabalhou afincadamente para se continuar a escrever e a manter viva a memória coletiva.

Com o profissionalismo e a abnegação dos trabalhadores da autarquia, Alcochete continua a ser um referencial na área da coesão e inclusão social e, simultaneamente, um concelho preparado para ganhar os desafios da competitividade, da inovação e da modernidade, no quadro de um desenvolvimento sustentável, sendo que este não deixou de ser o enquadramento genérico de toda a ação municipal desenvolvida em 2021, apesar dos contornos pandémicos a que fomos todos sujeitos. Nesta

perspetiva, a execução das Grandes Opções do Plano e o Orçamento aprovados para 2021 materializaram a estratégia do executivo assente na prossecução do propósito de correção sustentada de desequilíbrios sócio económicos e urbanísticos, salvaguardando e contribuindo para a diversificação da economia local e a “saúde” financeira do Município, requisitos necessários para um crescimento económico com raízes, fomentando o bem-estar e promovendo a aplicação das políticas necessárias ao cumprimento escrupuloso do compromisso eleitoral para a próxima década. Nesta análise, importa também lembrar as emergentes dificuldades despertadas pelas alterações profundas no sistema contabilístico que pese embora tenha recaído em 2020 deixaram resquícios que perduraram no ano de análise.

Provavelmente, para o cidadão comum, esta narrativa pouco ou nenhum significado possui, mas foram adversidades pelas quais se teve de passar e que assumem um protagonismo de relevo e que contribuíram decisivamente para este Relatório de Gestão e Prestação de Contas.

Se adicionarmos a estas tão significativas e importantes questões, os desafios, não menos exigentes, da descentralização de competências, do permanente equilíbrio das contas públicas transportadas do mandato anterior, da manutenção do esforço em se manter o prazo médio de pagamento a fornecedores abaixo dos 60 dias, de facto esta é uma tarefa muito árdua, mas sobretudo exponencialmente desafiante.

Relevou como nota dominante, o empenho extraordinário, a todos os níveis, das equipas da autarquia que desenvolveram com sucesso todos os procedimentos necessários à prossecução das candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário e que tanta importância possuem para o nosso território e que muito contribui para o Relatório de Gestão de Contas agora apresentado. Nesta matéria, pela relevância com que se reveste, enumerou o Plano de Recuperação e Resiliência, o desenvolvimento da Estratégia Local de Habitação com saliência para o Programa 1.º Direito, assim como, as operações integradas nas Comunidades Desfavorecidas assimiladas através da Área Metropolitana de Lisboa.



Salientou que é pretensão do executivo continuar a aumentar exponencialmente o investimento, reduzir de forma significativa a dívida da autarquia e baixar drasticamente a carga fiscal sobre os munícipes do concelho.

Considera que a primeira grande conclusão retirada dos documentos em análise é que a execução do orçamento demonstra que, uma vez mais, os documentos previsionais foram elaborados com rigor e exatidão, considerando deveras essencial detalhar alguns dados que contribuíram para os resultados entretanto alcançados, pelo que referiu que no encerramento do ano de 2021 a Câmara Municipal de Alcochete tinha uma dívida total de €6.839.053,48, salientando que cerca de €2.300.000,00 do valor total da dívida corresponde à Simarsul, tendo registado um acréscimo de 8,09% do valor total da dívida, face ao período homólogo. Este aditamento deve-se à utilização de empréstimo bancário no montante de €732.600,00, empréstimo bancário que serviu já para as empreitadas de Requalificação e implementação de uma via ciclável e pedonal nas avenidas 5 Outubro e Canto do Pinheiro, Arranjos Exteriores do Fórum Cultural de Alcochete e Escola Básica do Samouco.

Relativamente ao Resultado Líquido, mencionou que a autarquia encerrou o ano de 2021, com resultado líquido positivo de €298.178,06, resultado este que atendendo aos pressupostos já referidos e a outros que acrescentará ao longo desta sua intervenção, não se manifesta repleto de otimismo ou tal como aconteceu no ano transato, pelo facto do resultado ter sido negativo, não o deixou extremamente preocupado, porque o rigor financeiro das contas públicas da autarquia é o mesmo, independentemente, do resultado líquido.

Lembrou que esta instituição, que orgulhosamente preside, não tem como fim o lucro, mas sim a prestação inequívoca do Serviço Público. E neste ano de 2021, tal como já acontecera em 2020, as prioridades, as metas e objetivos foram, claramente, apoiar de forma única e incondicional toda a população do concelho e, sobretudo, a mais vulnerável ao abrigo da Ação Social. As medidas

de apoio às pessoas, empresas e instituições, dentro e fora do concelho, tiveram uma enorme influência no resultado alcançado.

Da mesma forma, a aquisição de equipamentos de proteção individual, de máscaras, produtos desinfetantes, álcool-gel, entre outros, teve um peso significativo na despesa. Tal como a desinfeção de ruas, a lavagem e desinfeção permanente dos contentores de RSU, a suspensão de pagamentos das rendas de habitação social, a suspensão de rendas de estabelecimentos comerciais de origem pública, o apoio extraordinário e sem precedentes à Corporação de Bombeiros Voluntários de Alcochete, a isenção do pagamento de refeições escolares aos alunos beneficiários de escalão B de Ação Social, a isenção de taxas de ocupação da via pública para fins comerciais e tantas outras medidas que visaram a proteção de pessoas e bens neste período tão crítico e de má memória para o nosso concelho por força deste ciclo pandémico que teimosamente ainda persiste.

Adicionou a todo este argumentário a continuada depreciação do exercício relativamente à inventariação de bens do domínio público, que tem vindo a ser desenvolvida e é exatamente por isto que nestes dois últimos anos, o resultado apresentou as oscilações.

Quanto ao Saldo de Gerência, referiu que o ano de 2021 proporcionou um saldo de €7.056.298,89, registando um acréscimo de 41,12% face ao ano de 2020. Este facto assenta sobretudo no aumento da receita em harmonia com o aumento da despesa onde inclui todo o investimento que atingiu valores que nunca foram alcançados por esta autarquia. Ganha com isso a população e, naturalmente, o concelho.

Relativamente à Execução Orçamental, salientou que os Graus de Execução é a análise daquilo que inicialmente estava previsto e o que na realidade se pagou e recebeu. O Grau de Execução no âmbito da Receita foi de 104,72% que corresponde a €23.457.891,64, onde acresce o Saldo de Gerência de 2020 que é integrado no Orçamento de 2021, resultando em €27.240.879,64, o maior Grau de Execução dos últimos 5 anos.

Em relação à Despesa, o Grau de Execução é de 83,02%, que corresponde em termos de valores absolutos a €21.401.912,24, foi também o maior Grau de Execução dos últimos 5 anos.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano (GOP's), está patente toda a despesa de capital, parte da despesa corrente que se identificou como despesa mais relevante e o Grau de Execução em 2021 foi de 72,26%, que corresponde em termos de valores absolutos a €8.068.524,59, sendo também o maior grau dos últimos 5 anos.

Quanto ao Plano Plurianual Investimentos (PPI), está patente as grandes obras e todos os investimentos municipais. Informou que o ano de 2021 fechou com um Grau de Execução de 63,29%, que corresponde em termos de valor absoluto a €5.808.850,82, o melhor resultado de execução, de toda a história da autarquia. Relativamente a 2020 subiu cerca de 3%. Dos investimentos efetuados em 2021 (alguns que se prolongam pelo ano de 2022) enumerou os grandes investimentos:

- Requalificação da Escola do Monte Novo, cerca de €500.000,00 investidos em 2021;
- Promoção de Eficiência energética da Piscina Municipal, obra com um valor de €477.254,19;
- Requalificação e Ampliação da E.B.1 do Samouco, que apenas e só em 2021, dado que a obra continua em 2022, foram investidos cerca de €490.000,00. Obra com um valor total que ascende a mais de €1.000.000,00;
- Requalificação do Miradouro Amália Rodrigues, com um valor €377.430,51;
- Requalificação do Espaço Público, com um valor perto dos €550.000,00;
- Reabilitação dos Equipamento de Utilização Coletiva – Polidesportivo de Alcochete, com um valor que quase atingiu os €670.000,00;
- Arranjos Exteriores do Fórum Cultural, que em 2021 exigiu por parte do município um esforço financeiro de €528.000,00;

- Requalificação do Mercado Municipal de Alcochete, uma obra com um investimento de €323.815,01€;
- Repavimentação de Estradas e Arruamentos – Rede Viária, investidos mais de €155.000,00;
- Entre outros... que contribuíram para o aumento da qualidade de vida nossas populações.

No que diz respeito às Atividades Mais Relevantes (AMR's), aludiu que estas incluem as despesas de capital, nomeadamente, as amortizações de empréstimos e outras despesas correntes com relevo acentuado, como, as despesas inerentes à Amarsul, Simarsul, iluminação pública; entre outros. O Grau de Execução também foi de 94,01%, não foi o maior grau de execução dos últimos 5 anos, esse aconteceu no ano de 2018, quando foi atingido um grau de 97,02%, ainda assim, está-se a falar de valores na casa dos €3.060.000,00, sensivelmente.

A dívida total em 2017 representava 55,89% da média da receita corrente. No encerramento do ano de 2021 corresponde a 36,52%, significa isto que se porventura a 31 de dezembro de 2021 se fosse liquidada a dívida total do município sobriaria em média cerca de 64% da receita corrente.

No final de 2020, a margem de endividamento da câmara municipal era de €4.083.000,00 e no encerramento das Contas ora analisado, esse valor cifra-se muito perto dos €4.260.000,00.

Seguidamente, referiu que o IMI em 2017 a taxa estava fixada em 0,45, salientando que a taxa de IMI que vigora em 2022 é de 0,37 mais o IMI Familiar. A redução, face ao ano de 2021 representa um decréscimo de 2,7 da taxa líquida do respetivo imposto.

No que diz respeito à Derrama em 2021, informou que vigorou uma Derrama reduzida de 0,5% para as empresas cujo volume de negócio fosse inferior a €150.000,00, sendo que a Derrama Geral ficou em 1,5%.

Ao nível da participação dos impostos do Estado, tal como como foi feito em 2020, em 2021 foi aplicada uma taxa de 4%, devolvendo aos munícipes, enquanto sujeitos passivos de IRS de 1% dessa receita.

Salientou que as receitas provenientes do Imposto Único de Circulação, desde 2017 tem sofrido oscilações entre os €473.000,00 e os €529.000,00.

Quanto ao Imposto Municipal de Transação (IMT), informou que este deu a oportunidade de ser efetuar um investimento sem precedentes a todos os níveis, em todo o concelho de Alcochete. No ano de 2018 a autarquia obteve uma receita, como nunca tinha tido, que atingiu os €4.200.000,00, contudo, em 2019 a receita baixou para €2.400.000,00, mas voltou a subir cerca de €600.000,00 em 2020, em 2021 obteve-se uma receita extraordinária de €5.730.631,96, estando convicto que em 2022, muito provavelmente a receita não atingirá este valor.

Por último, referiu que desta análise, que elenca os valores e os princípios daquilo que entende ser a democracia na sua maior plenitude, ou sejam, rigor e transparência, é absolutamente fundamental referir que nunca ao longo da gestão do presente executivo foi perdido o foco, aquilo que realmente é importante, as pessoas. Os tempos foram difíceis, vive-se uma pandemia para qual não há memória, mas o executivo nunca baixou os braços e está convicto que os munícipes têm consciência desse inegável esforço. O executivo trabalhou para o bem comum, em condições invulgares e difíceis, mas o resultado está à vista de todos, um concelho que ainda se encontra ferido na sua economia, mas, simultaneamente, pujante e determinado na recuperação daquilo que se julga ser a normalidade que todos ambicionamos.

Em resumo, referiu que da leitura séria e atenta a estes documentos, se conclui que o presente executivo, baixou significativamente a carga fiscal sobre os munícipes, controlou a dívida da autarquia aumentando a capacidade de endividamento e ampliou exponencialmente o investimento no concelho.

Revelou que os princípios do atual executivo estão definidos nas principais áreas:

- Educação;
- Infraestruturas Desportivas;
- Edifícios Municipais;
- Rede viária;
- Turismo e Cultura.

Salientou que os pilares que marcaram indubitavelmente a ação do atual executivo em 2021, tal como tem acontecido desde finais de 2017 foram:

- Higiene Urbana;
- Ambiente e Mobilidade;
- Edifícios Municipais;
- Educação;
- Ação Social;
- Infraestruturas Desportivas;
- Rede Viária;
- Turismo e Cultura.

Não obstante todo o desempenho e esforço desenvolvido noutras áreas não menos importantes para a comunidade.

Mais referiu que o futuro é auspicioso, requer um enorme sentido de oportunidade para se prosseguir com esta cultura de empenho, de esforço e de dedicação para que se possa, por exemplo, por via da Estratégia Local de Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência Português, do Plano de Integração das Comunidades Desfavorecidas e de todo o Quadro Comunitário, ter oportunidade de investir nas pessoas, na qualidade de vida das pessoas, respeitando a integridade contabilística das contas públicas que se apresentam consolidadas e fundamentalmente sustentáveis.

Por fim, deixou uma palavra de agradecimento a todos aqueles que dentro e fora da organização, contribuíram para os resultados alcançados, com particular destaque para os trabalhadores da autarquia, porque, considera que todos juntos, se está seguramente a melhorar Alcochete.

- Presidente da assembleia

Alertou para os reparos efetuados pelo auditor, nomeadamente:

- Contas bancárias - onde refere que existe um desfasamento, cheques que foram passados e que nunca foram cobrados na conta bancária, sugerindo o auditor a anulação de cheques emitidos e não descontados, sendo que a situação remonta a 2004;
- Conta do Estado - existe diferenças referentes aos anos de 2013, 2015 e 2017, pelo que, o mesmo sugere que as mesmas devem ser objeto de regularização.;
- Imobilizações em curso – montantes em aberto em obras que já estão concluídas, como por exemplo o Pavilhão Gimnodesportivo da Escola 2, 3 El Rei D. Manuel I, considerando que as mesmas deviam ser dadas por concluídas na contabilidade, bem como, o Campo de Futebol do Passil que não está registado na contabilidade.

Salientou que são reparos que auditor faz e que apenas têm a ver com procedimentos técnicos, não havendo para si reserva quanto às contas apresentadas.

- Presidente da câmara

Em resposta, referiu que se situações fossem fáceis de resolver, o assunto não estava agora a ser abordado, contudo os serviços estão empenhados na reconciliação bancária. Quanto à situação do Campo de Futebol do Passil, bem como do Centro Comunitário do Passil, informou que os dois equipamentos assentam num processo de loteamento que tem de ser revisto, pelo que só depois de revisto é que pode efetuar o respetivo registo, mas também não é assunto fácil de resolver, dado que se está a falar de terrenos que faziam parte da Sociedade Agrícola de Rio Frio, contudo, o atual executivo de tudo está a fazer para alterar a situação. Salientou que todos estes reparos não têm efeito direto naquilo é o resultado do exercício e sobre o Relatório de Gestão, não beliscando minimamente o resultado das contas.

- Presidente da assembleia

Ressalvou que na sua intervenção já o tinha afirmado que não tem nenhuma ressalva a efetuar às Contas, não estando em causa o Relatório de Gestão. Apenas alertou para as ressalvas que o auditor faz, as ressalvas não são suas. Quanto ao Campo de Futebol do Passil o mesmo refere: “Conforme referido em relatórios de exercícios anteriores continuam por inventariar e reconhecer nas contas os seguintes ativos”. Como existem gastos com este campo de futebol, para si, a contabilidade tem de o reconhecer e não o reconhece. O auditor diz como é que se pode resolver as situações, no caso da conta bancária é anular os cheques que foram emitidos em 2004 e que os fornecedores nunca cobraram, isto é, dizer ao banco que o cheque está cancelado para efeitos de anular esse pagamento.

- Presidente da câmara

Solicitou autorização para a Dr.<sup>a</sup> Cláudia Santos explicar ou ajudar a esclarecer as situações, o que foi autorizado.

- Dr.<sup>a</sup> Cláudia Santos

Relativamente à questão das reconciliações bancárias informou que apenas um cheque que se encontra em trânsito (está em aberto do lado do banco e não do lado da contabilidade), porque existe um pagamento em duplicado que foi efetuado ao Serviço de Finanças de Loures. Já foi enviado um ofício a este serviço de finanças a solicitar a solução da questão, mas o mesmo não dá à autarquia qualquer resposta.

Quanto às obras que estão refletidas na contabilidade como obra em curso, elas estão registadas nas contas, apenas não estão registadas como património final do município, porque, quer o Campo de Futebol do Passil, como o Centro Comunitário do Passil, foram construídos na sequência de um loteamento muito antigo, pelo que, para se poder registar em definitivo estes



dois equipamentos na contabilidade, terá que se efetuar o registo, quer nas Finanças, quer na Conservatória, todavia, enquanto esse loteamento não ocorrer e/ou for revisto, não é possível fazer os registos nas Finanças e na Conservatória e, conseqüentemente, transferir o imobilizado em curso para um ativo fixo tangível.

Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo da Escola 2, 3 El Rei D. Manuel I, informou que a obra foi efetuada pelo município, participada a 100% pela DREL. Por várias vezes o município fez esforços para que após a construção a DREL assumisse o equipamento a nível de registos e nível contabilísticos, mas isso nunca ocorreu. Este ano de 2022 com a transferência de competência da área da Educação, finalmente se irá conseguir resgatar o equipamento para o nome do município e, conseqüentemente, fazer a transferência do imobilizado em curso para um ativo fixo tangível.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 18 votos a favor (15 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 6 abstenções (5 da CDU e 1 do Chega).

- Diogo Mourão, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS:

«A bancada do PS da Assembleia Municipal votou favoravelmente o ponto 2 da ordem de trabalhos por se rever na política seguida pelo atual executivo.

Convém recordar, até porque não foi assim há tanto tempo, que consecutivamente eram apresentados resultados de execução bastante escassos para as necessidades que carecia o concelho.

Com o atual executivo, os resultados estão à vista: mais e melhor investimento, descida dos impostos e redução da dívida.

Focando no atual Relatório, destacamos o saldo positivo alcançado (€298.178), bem como, o facto da receita (104,72%), a despesa (83,02%), as Grandes

Opções do Plano (72,26%) e o Plano Plurianual de Investimentos (63,29%) registarem os maiores graus de execução de sempre na história da autarquia.

Estes foram resultados alcançados em plena pandemia e que enaltecem ainda mais o trabalho e esforço do atual executivo em manter o concelho no rumo certo!»

### **PONTO 3 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) DE 2022**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 13/04/2022:

1. «A primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €7.888.627,00 referente à introdução do saldo de gerência na posse do serviço no montante de €5.413.739,00, à Transferência de Competências nos domínios da Educação, Ação Social e Saúde no montante de €1.615.817,00, a Operação Integrada Local Alcochete – Bairro do Passil no valor de €629.004,00, 1.º Direito – Estratégia Local de Habitação no valor de €226.462,00 e o montante de €3.605,00 referente às Reposições não Abatidas nos Pagamentos. Procedeu-se a anulações no montante de €68.880,00, apresentando um saldo positivo no valor de €7.819.747,00;
2. A primeira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €7.860.181,00 e anulações no valor de €40.434,00 registando um saldo positivo no montante de €7.819.747,00;
3. A primeira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €4.165.826,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;

4. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma modificação com o saldo de €2.147.133,00;
5. As Atividades Mais Relevantes apresentam uma modificação com o saldo de €2.018.693,00.

Assim proponho:

1. A aprovação à primeira revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2022;
2. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que a primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rúbricas no montante de €7.888.627,00, referentes à introdução do Saldo de Gerência no montante de €5.413.739,00, à Transferência de Competências nos domínios da Educação, Ação Social e Saúde num montante de €1.615.817,00, à Operação Integrada Local de Alcochete, nomeadamente, no bairro do Passil no valor de €629.004,00, ao programa “1.º Direito” da Estratégia Local de Habitação no valor de €226.462,00 e um montante mais pequeno de €3.605,00 referente às reposições não abatidas nos pagamentos. Procedeu-se à anulação no montante de €68.000,00, apresentando um saldo positivo no valor de €7.819.747,00. Estas alterações também reforçaram rúbricas que estavam insuficientemente dotadas no Orçamento, sendo que estas alterações na Receita foram materializadas também na Despesa, para que as contas ficassem equilibradas.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega).

- Andreia Sousa, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PSD:

«Apreciados os documentos apresentados, relativamente às Grandes Opções do Plano (GOP), Plano Plurianual de Investimentos (PPI), Atividades Mais Revelantes (AMR) e Orçamento de 2022, a bancada do PSD, no seguimento do que tem defendido em sessões anteriores, considera que, embora existam importantes investimentos a realizar no concelho, entendemos que os mesmos não satisfazem algumas das principais necessidades dos Alcochetanos.

- Consideramos que a requalificação da Escola E. B. 2,3 Dom Manuel I deve ser uma prioridade.
- Os investimentos feitos nas zonas rurais do concelho ainda são insuficientes e não servem as necessidades dos seus habitantes, nesse sentido, entendemos que o alcatroamento da estrada do “Caminho do Maças”, no bairro do Maças na Fonte da Senhora, é um importante investimento que beneficia diretamente a população residente e que não está contemplado.
- A rúbrica referente à requalificação do troço da estrada entre São Francisco e Alcochete demonstra que ainda não será uma realidade para o ano corrente. O PSD considera que esta obra é urgente por questões de segurança.

Por não incluir qualquer proposta no âmbito do Estatuto da Oposição, nomeadamente, as que agora mencionamos e que consideramos fundamentais, o sentido de voto do PSD neste ponto á abstenção.»

- Ana Brandão, apresentou a seguinte declaração voto, em nome da CDU:

«Sobre o ponto 3 da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alcochete 29/04/2022 e da análise por nós efetuada, a CDU vota pela abstenção, essencialmente pelo seguinte:

1. Não deixamos de estranhar o facto de somente ter decorrido o primeiro trimestre do presente ano económico e já vamos numa Revisão Orçamental. Muito provavelmente, consequência de uma má planificação orçamental para o presente ano;
2. Em coerência com deliberações similares anteriores, consideramos que na globalidade estes são atos de gestão desta maioria, que muito provavelmente não seriam as nossas opções;
3. Principalmente pelas razões acima expostas, a CDU votou pela abstenção neste ponto da ordem de trabalhos.»

#### **PONTO 4 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2022**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 13/04/2022:

«A presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para 2022, identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades do Município de Alcochete neste ciclo de gestão, articulando essencialmente três dimensões: a da responsabilidade pelo dimensionamento - tendo em consideração quer os desafios que emergem do contexto envolvente, as opções de valorização profissional do efetivo municipal, assim como a concretização do complexo processo de descentralização de competências para as autarquias na área da educação, com a transferência do pessoal não docente, passando assim a ser competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos sobre a matéria, regulados pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

A estratégia de recursos humanos delineada pelo Município de Alcochete, implica assim uma verdadeira gestão previsional dos postos de trabalho e das

competências necessárias para que a autarquia funcione com eficiência e eficácia, ao mesmo tempo que valoriza as pessoas que nela trabalham, criando oportunidades de motivação e desenvolvimento individual, sem perder de vista a eficiência e a eficácia global da ação municipal.

Desta forma a presente proposta de Mapa de Pessoal, tendo em consideração o último Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de câmara de 09/12/2021 e sessão da assembleia municipal de 18/12/2021 reflete para além da avaliação do impacto das saídas que se têm registado nos últimos meses, as necessidades identificadas pelos serviços, em áreas deficitárias bem como o referido pessoal não docente, com vínculo de emprego público, transitado do único agrupamento de escolas do concelho integrado na rede escolar pública do Ministério da Educação. Assim, e particularmente neste âmbito, transitaram para o mapa de pessoal da autarquia, 98 trabalhadores, (89 com vínculo permanente e 9 com vínculo temporário) que ocupam os seguintes postos de trabalho:

- 84 postos de trabalho da carreira de assistente operacional (AO), área da educação, designadamente:
  - Com vínculo de emprego público por tempo indeterminado: 1 AO, categoria de Encarregado operacional e 74 AO's;
  - Com vínculo de emprego público por tempo determinado: 7 AO's a termo incerto e 2 AO's termo certo, regime parcial;
  - 14 postos de trabalho da carreira de assistente técnico (AT), área administrativa, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, designadamente:
    - 1 AT, categoria de Coordenador Técnico e 13 AT's;

No que respeita, às restantes movimentações/necessidades, identificadas nos últimos meses, correspondem às seguintes ocorrências:

- 1) Vacatura de um posto de trabalho, a termo resolutivo incerto, da carreira de assistente operacional, área de educação, da Divisão de Intervenção Social (DIS), por regresso da trabalhadora;

- 2) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de desporto da DIS, por aposentação do trabalhador;
- 3) Vacatura de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional, área de higiene urbana da Divisão Infraestrutura Serviços Urbanos (DISU), por concessão de licença sem remuneração do trabalhador;
- 4) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira não revista de Mestre de Tráfego Fluvial, da Divisão de Administração do Território (DAT), por concessão de mobilidade para outro organismo;
- 5) Vacatura provisória de um posto de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de Técnico Superior, na área de História/Museus e Cultura da Divisão de Intervenção Social (DIS), por concessão de mobilidade para outro organismo;
- 6) Consolidação de mobilidade na categoria, de trabalhadora oriunda de outro organismo, da carreira de técnico superior, área económico-financeira, da Divisão de Administração e Gestão de Recursos Humanos - DAGR;
- 7) Consolidação de mobilidade intercarreiras, de uma trabalhadora da carreira de assistente operacional, área de canil para a carreira de assistente técnica/tesouraria, da DAGR;
- 8) Transição da necessidade de um posto de trabalho vago, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, da carreira de assistente operacional na área administrativa da DAGR, *por consolidação de mobilidade intercarreiras*, para um posto de trabalho vago da carreira de assistente técnico na área administrativa/tesouraria, na mesma Divisão.

9) Regresso ao lugar de origem de um assistente técnico, área administrativa, da Divisão de Infraestruturas Serviços Urbanos - DISU que se encontrava em cedência de interesse público, nos Bombeiros Voluntários de Alcochete;

10) Ocupação de 10 postos de trabalho, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, em resultado de diversos procedimentos concursais:

**Carreira de técnico superior**

1 lugar na área de Turismo – Gabinete de Apoio ao Empresário - GAEE

1 lugar na área de Engenharia do Ambiente – DISU

1 lugar na área de Engenharia Civil – Divisão de Obras e Manutenção de equipamentos - DOME

1 lugar na área de Gestão do Desporto – DIS

1 lugar na área de Direito – DAGR

**Carreira de assistente técnico**

1 lugar na área administrativa/contabilidade - DAGR

**Carreira de assistente operacional**

1 lugar na área de Refeitório Municipal – DAGR

2 lugares na área de espaços verdes - DISU

1 lugar na área de limpeza de edifícios – DISU

11) Ocupação de 2 postos de trabalho, com vínculo de emprego público a termo incerto, na carreira de assistente operacional, área de educação – DIS

12) Ocupação de um posto trabalho de encarregado operacional, da DISU, por mobilidade intercategorias, de um trabalhador da carreira/categoria de assistente operacional, área de águas e saneamento, cujo lugar de origem fica vago cativo



13) Ocupação de um posto trabalho na área de informática de gestão, por mobilidade na categoria de trabalhador oriundo de outro organismo, da carreira/categoria de técnico superior, para a DIS

14) Reafecção de 7 postos de trabalho ocupados, com vínculo de emprego público por tempo indeterminado:

#### **Carreira de técnico superior**

1 lugar na área de biblioteca e documentação da DIS para 1 lugar na área do Gabinete de Comunicação e Imagem - GCI

1 lugar na área de educação da DIS para 1 lugar na área do desporto e juventude da mesma Divisão

1 lugar na área de comunicação social do GCI para 1 lugar do turismo e da cultura para assessoria técnica do Gabinete da Presidência (GP)

#### **Carreira de assistente técnico**

1 lugar na área administrativa da DISU para 1 lugar administrativo/canil - Gabinete de Autoridade Sanitária e Saúde Pública - GASSP

1 lugar na área administrativa da DISU para 1 lugar administrativo/armazém- DAGR

1 lugar de administrativo do Setor de Logística e Transportes da DISU, para apoio administrativo da mesma Divisão

#### **Carreira de assistente operacional**

1 lugar na área recolha de resíduos da DISU para 1 lugar de logística e transportes da mesma Divisão

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal deliberar no sentido de:

- a) Aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para 2022, conforme documentos anexos, nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 6.º

da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do n.º 5, do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro;

b) Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida a proposta à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Referiu que a primeira alteração surge na sequência de acerto de contas, entre aquilo que foram as saídas, algumas infelizmente por morte e outras por aposentação, mas, fundamentalmente, devido à Descentralização de Competência na área da Educação, onde passaram para os quadros da câmara municipal 98 pessoas, que compreende 14 assistentes técnicos, 75 assistentes operacionais, 7 assistentes operacionais com contrato a termo incerto e 2 assistentes operacionais com contrato de termo certo, com tempo parcial. No presente momento a câmara municipal tem 554 lugares ocupados no seu Mapa de Pessoal, estando vagos 45 lugares.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 15 votos a favor do PS e 9 abstenções (5 da CDU, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega).

**PONTO 5 – EMISSÃO DE LICENÇA PARA USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE 1 POSTO DE CARREGAMENTO NORMAL PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS, NO LARGO BARÃO DE SAMORA CORREIA, EM ALCOCHETE COM DOIS PONTOS E DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO – REDE DE MOBILIDADE ELÉTRICA**

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 13/04/2022:

«Considerando que:

O Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que veio regular a organização, o acesso e o exercício das atividades de mobilidade elétrica e proceder ao estabelecimento da rede piloto de mobilidade elétrica foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho;

Através da aprovação do Decreto-Lei n.º 90/2014, alterou-se a estratégia vigente quanto à mobilidade elétrica redefinindo-se o seu modelo e potenciando a procura e utilização por parte dos cidadãos, das empresas e da administração Pública;

O Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho introduziu a previsão da instalação de pontos de carregamento em locais de acesso privado e de acesso público, sendo que o exercício da atividade pelos operadores da mobilidade elétrica fica dependente, para além da licença de operador, da titularidade de uma licença de utilização privativa do domínio público;

Neste seguimento vem a Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto estabelecer os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos em local publico de acesso publico no domínio publico;

A MOBI.E, empresa pública, é, nos termos do disposto no n.º 10, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho e do Despacho n.º 6826/2015, de 11 de junho, do Secretário de Estado da Energia, publicado no “Diário da República” n.º 117, 2.ª Série, de 18 de junho, a Entidade Gestora da Rede de Mobilidade Elétrica, e, nessa qualidade, dispõe das competências necessárias para assegurar as decisões a nível operacional (e de realocização) sobre todos os postos de carregamento sujeitos ao estatuto da rede piloto (cfr. n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2016, publicada no DR n.º 168, 1.ª serie, de 1 de setembro, doravante RCM N.º 49/2016);

No cumprimento do n.º 5 e nos termos do n.º 8 da RCM n.º 49/2016 a MOBI.E, concessionou a exploração, operação e manutenção dos postos da 2.ª fase da Rede Piloto MOBI.E, na sequência de concurso público com publicidade internacional CPI1/2019, aos concorrentes vencedores dos respetivos lotes a concurso;

Em 10 de maio de 2021, por autorização concedida na reunião ordinária de 14 de abril de 2021, foi assinado um protocolo entre o Município de Alcochete e a MOBI.E, SA tendo por objetivo o estabelecimento de uma relação de parceria entre os outorgantes por forma a criar as condições necessárias para a dinamização da utilização de veículos elétricos no Município de Alcochete, com a instalação de um posto de carregamento normal para veículos elétricos, no largo Barão de Samora Correia, pelo prazo de 10 anos, sendo atribuída nos primeiros cinco anos a título gratuito;

Em 22 de junho 2021 vem a *POWER DOT* – Instalação para carregadores de Veículos Elétricos, operador que, no âmbito do Concurso Público com publicidade internacional CPI1/2019, foi adjudicada a exploração do posto de carregamento sito no largo Barão de Samora Correia, em Alcochete, com dois pontos de carregamento, integrado na Rede de Mobilidade Elétrica;

Decorre do disposto no n.º 4, do artigo 2.º da Portaria 222/2016, de 11 de agosto, que os termos do procedimento de atribuição das licenças de utilização são fixados pelos titulares dos bens dominiais ou pela entidade a quem esteja atribuída a respetiva gestão;

O Município de Alcochete não aprovou, para já, qualquer procedimento específico para a atribuição e emissão das referidas licenças. A tudo isto acresce o facto de o local de instalação ter sido integrado na rede MOBI.E, cabendo ao Município emitir o título que legitime a ocupação de domínio público municipal requerida;

Com a emissão da Licença de Utilização Privativa do Espaço Público em causa fica o respetivo operador sujeito aos direitos, deveres, constantes no

artigo 4.º e artigo 5.º da Portaria n.º 222/2016, devendo ser operacionalizado o constante no artigo 7.º, respeitante ao estacionamento no local objeto da licença de utilização;

Os termos da Licença de Utilização Privativa do Domínio Público requerida são os constantes no artigo 6.º:

- a. A identidade do titular;
- b. Os terrenos que são objeto da licença de utilização;
- c. A atividade de operação de pontos de carregamento como atividade principal a que se destina a licença de utilização e, se for o caso, outras atividades acessórias que o titular pode exercer no bem dominial;
- d. O prazo da licença;
- e. Quaisquer outras condições particulares da atribuição do direito de utilização, designadamente os equipamentos e construções que o titular do direito pode instalar nos locais objeto da licença de utilização.

Para além da apresentação de Licença válida para operar pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos emitida pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), a emissão da licença deverá depender também da apresentação, por parte do requerente, de documento comprovativo da apólice de seguro de responsabilidade civil, quanto a danos causados no exercício da sua atividade de comercialização de eletricidade para mobilidade elétrica bem como de documento que ateste que lhe foi atribuído o direito de instalação do ponto de carregamento sito no Largo Barão de Samora Correia em Alcochete, na sequência do Concurso Público com Publicidade Internacional, CPI1/2019;

No que respeita às taxas aplicáveis, dado que estamos perante uma situação pioneira no que respeita à matéria em causa, não está efetivamente prevista no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor uma taxa específica para a instalação de ponto de carregamento da bateria de veículos elétricos;

Ainda assim a tipologia de ocupação do espaço público pretendida encontra acolhimento na referida Tabela de Taxas, concretamente no artigo 59.º, n.º 1 e alíneas K) e m), l3 do n.º 2:

1. Licença de Ocupação da Via Públicas (Taxa Fixa);
  2. Espaço Público (Taxa Variável);
    - k) Estacionamento Privativo (por lugar e por ano ou fração)
    - m) Outras ocupações do espaço público não previstas nos números anteriores;
- i3 Por mês ou fração.

Pelo que se concluiu que:

Conforme resulta do já referido enquadramento legal – Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 e abril e Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto – e, conforme explanado no suprarreferido protocolo, a instalação e operação de pontos de carregamento em local público, de acesso público, no domínio público municipal, para instalação de um posto de carregamento normal para veículos elétricos com 2 pontos e 2 lugares de estacionamento no largo Barão de Samora Correia, em Alcochete depende da titularidade de uma licença de utilização privativa para a instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, a qual deve ser concedida por período equivalente ao da licença de operador de pontos de carregamento, devendo abranger, a área necessária à colocação do ponto de carregamento bem como a área necessária ao estacionamento de dois veículos durante o respetivo carregamento;

O Município de Alcochete, a quem cabe decidir, atualmente não dispõe de um regulamento que enquadre e sustente a atribuição de licenças de utilização privativa do domínio público municipal para instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos, pelo que é urgente a

regulação da referida matéria por forma a que se possam estabelecer os critérios de atribuição, as condições de operação e respetivas taxas.

Face ao exposto propõe-se que seja submetido ao órgão executivo para deliberação a decisão de:

- Aprovar nos termos e condições constantes no protocolo assinado em 10 de maio de 2021, a emissão de licença de utilização privativa do domínio publico municipal para instalação de um ponto de carregamento da rede piloto MOBI.E e dois lugares de estacionamento, no largo Barão de Samora Correia em Alcochete, ao operador de ponto de carregamento a quem foi concessionado no Município de Alcochete – *POWER DOT*, nos termos do disposto na alínea qq), do n.º 1, do artigo 33.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 23.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado e publicado como Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nas alíneas ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, de harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, e nos termos acordo no protocolo assinado em 10 de maio de 2021, a isenção do pagamento das taxas referentes a utilização do espaço publico para efeitos da instalação e operação do ponto de carregamento de veículos elétricos e dois lugares de estacionamento no largo Barão de Samora Correia em Alcochete, pelo período de 5 anos, ao abrigo do Regulamento Municipal do Regime de Ocupação do Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade e tabela de taxas do Município de Alcochete.

a) Deverá ser acompanhado do respetivo cálculo.»

Submetida à discussão o senhor presidente da câmara solicitou autorização para que o vereador Pedro Lavrado apresentasse o ponto, o que foi aceite pelo presidente da assembleia municipal.

– Vereador Pedro Lavrado

Referiu que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2016 de 1 de setembro prevê no n.º 5 o lançamento da Rede Piloto de carregamento de veículos elétricos para os municípios não serviço pela primeira fase da Rede Piloto MOBI.E. O projeto visa a promoção nacional de utilização de viaturas elétricas, a redução de emissões de CO2 e a promoção de soluções de mobilidade.

A MOBI.E é uma empresa pública e a entidade gestora da Rede de Mobilidade Elétrica e, nessa qualidade, dispõe de competências necessárias para assegurar as decisões a nível nacional operacional, sobre todos os postos de carregamento sujeitos ao estatuto da Rede Piloto.

No cumprimento do n.º 5 e nos termos do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros, a MOBI.E concessionou a exploração, operação e manutenção dos postos da segunda fase da Rede Piloto da MOBI.E, na sequência do concurso público com publicidade internacional aos concorrentes vencedores dos respetivos lotes a concurso.

Em 10 de maio de 2021, por autorização concedida em reunião de câmara ordinária de 14 de abril de 2021, foi assinado um protocolo entre o município de Alcochete e a MOBI.E, tendo por objetivo o estabelecimento de uma relação de parceria entre os outorgantes por forma a criar as condições necessárias para a dinamização e utilização de veículos elétricos no município de Alcochete, com a instalação de um posto de carregamento normal para veículos elétricos no largo Barão de Samora Correia, pelo prazo de dez anos, sendo atribuído nos primeiros cinco anos a título gratuito.

Decorre do disposto do n.º 4, do artigo 2.º da Portaria n.º 222/2016, de 11 de agosto que os termos do procedimento e atribuição de licenças de utilização são fixados pelos titulares dos bens dominiais ou pela entidade a quem esteja atribuída a respetiva gestão, neste caso, o município.



O município de Alcochete não promoveu para já qualquer procedimento específico para a atribuição das emissões das licenças, ressalvando que está, neste momento, em elaboração o Regulamento de Mobilidade Elétrica que irá permitir no futuro a instalação de novos postos de carregamento. A tudo isto, acresce o facto de o local de instalação ter sido integrado na Rede de MOBI.E, cabendo ao município emitir o título que legitima a ocupação do domínio público municipal requerido.

No que respeita às taxas aplicáveis, dado que se está perante uma situação pioneira, não está previsto no Regulamento de Taxas em vigor, uma taxa específica para a instalação do ponto de carregamento de bateria de veículos elétricos. No momento, está em revisão o Regulamento de Taxas, pelo que, será incluída esta situação. Ainda assim, a tipologia de ocupação do espaço público pretendido encontra acolhimento na referida tabela de Taxas, concretamente no artigo 59.º, alínea k) e m).

Propõe-se à assembleia municipal, ao abrigo do disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e, nos termos do Protocolo assinado em 10 de maio de 2021, a isenção do pagamento de taxas referentes à utilização do espaço público para efeitos de instalação e operação do posto de carregamento de veículos elétricos e dois lugares de estacionamento no largo Barão de Samora Correia, em Alcochete, pelo período de cinco anos, ao abrigo do Regulamento Municipal do Regime de Ocupação de Espaço Público e de Afixação e Inscrição de Publicidade da Tabela de Taxas do Município de Alcochete. O valor das taxas a isentar é de €1.461,05.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

## **PONTO 6 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O CONTRATO DE CONCESSÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDING**

**EM INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE” - PROC.  
N.º 01/22/CP**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 13/04/2022:

- «1. Início do Procedimento – Decisão de contratar;
2. Escolha e aprovação das peças do procedimento;
3. Designação do júri;
4. Nomeação do gestor do contrato.

Tendo em vista dotar alguns edifícios do Município com máquinas de *vending* de produtos alimentares e bebidas, torna-se necessário aprovar as respetivas condições e correspondente procedimento, tendo em conta as normas legais aplicáveis.

Com a instalação de tais máquinas possibilitar-se-á aos colaboradores do Município e aos utilizadores dos espaços em causa poderem adquirir alguns produtos alimentares e bebidas, proporcionando-lhes igualmente uma melhor experiência na fruição de tais espaços.

Os espaços considerados para instalação das máquinas são os seguintes:

- a. Fórum Cultural Alcochete;
- b. Edifício Paços do Concelho;
- c. Estaleiro Municipal;
- d. Biblioteca Municipal;
- e. Pavilhão Alcochete
- f. Pavilhão Samouco
- g. Casa do Velório

O município de Alcochete não dispõe de meios humanos e condições adequadas à disponibilização de bens alimentares e de bebidas, nos termos preconizados, tendo em conta critérios de racionalidade e eficiência.

Pretende-se atribuir a terceiros, através de contrato administrativo de concessão de serviço público, o direito a instalar e explorar as máquinas de *vending* nos edifícios acima referidos, mediante uma contrapartida financeira para o Município e pelo prazo de um ano, renovável por igual período.

O modelo de negócio em causa não determina qualquer dever de pagamento para o Município, antes pelo contrário, configura o recebimento de uma contrapartida financeira a pagar pelo concessionário, pelo que o valor do contrato resulta do benefício económico obtido pelo adjudicatário com a exploração comercial das máquinas de *vending*.

O regime legal aplicável ao procedimento de contratação será o estabelecido no Código dos Contratos Públicos (CCP).

Nos termos do artigo 31.º do CCP poderá ser adotado, em alternativa, o concurso público, o concurso limitado por prévia qualificação, o procedimento de negociação ou o diálogo concorrencial.

Entende-se ser mais adequado o concurso público, de modo a garantir uma maior abertura ao mercado e potenciar uma maior concorrência aos interessados.

Estando em causa um contrato de concessão, atento o disposto na alínea p), do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais.

Por outro lado, nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, n.º 1 do mesmo Anexo I à Lei n.º 75/2013, compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, como é o caso.

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1) Autorizar a Câmara Municipal a celebrar o contrato de concessão em causa;
  
- 2) As respetivas condições gerais, constantes das peças do procedimento que se juntam: (i) anúncio do concurso a publicar no “Diário da República”, (ii) Programa de Concurso e (iii) Caderno de Encargos, sendo o critério de adjudicação o maior valor percentual sobre a totalidade das vendas a pagar ao Município de Alcochete durante o período de vigência do contrato, que não poderá ser inferior a 5% (conforme artigo 14.º do Programa de Concurso e Cláusula 7.ª do Caderno de Encargos).  
O prazo será de 1 ano, renovável, por igual período, mediante requerimento do cocontratante e aprovação do Município (Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos);

- 3) Aprovar a constituição do júri, constituído por:

Presidente: Claudia Santos, Dr.ª

Vogal efetivo, Maria Dulce Boieiro, Dr.ª

Vogal efetivo, Maria Paula Dias, Dr.ª

Vogal suplente, Sónia Vieira, Dr.ª

Vogal suplente, Luis Cardoso

Nomear gestor do contrato, nos termos definidos no artigo 290.º-A do CCP a Dr.ª Maria Paula Dias, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Vereação, propondo-se que na mesma sejam delegados nos termos do n.º 4 do referido artigo e diploma legal, poderes para adoção de medidas corretivas, constantes em relatório fundamentado, em caso de deteção de deficiências na execução do contrato, com exceção de poderes de modificação, resolução ou revogação do mesmo.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Mencionou que na sequência da não renovação do contrato com a empresa que ainda se encontra a prestar serviço desta natureza, considerou-se ser de impulsionar um novo procedimento de concessão, de forma a colmatar esta necessidade quando ocorrer o termo do contrato com a atual empresa. O procedimento escolhido foi de concurso público, por forma a ser mais acessível a todos que pretendam concorrer, dado que, se tivesse optado por um ajuste direto ou consulta prévia, apenas seria efetuado convite a algumas empresas, o que limitava a acessibilidade de outros concorrentes. Considera que os custos associados à tramitação do procedimento na plataforma Vortal não é fator impeditivo para a apresentação de propostas.

Salientou que os locais onde se pretende instalar as máquinas em questão estão identificados nas peças do procedimento, bem como as demais condições técnicas e procedimentos.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega) e 5 abstenções da CDU.

- » Ana Lourenço, apresentou a seguinte declaração de voto, em nome da CDU:

«Os eleitos da CDU abstiveram-se no Ponto 6, inserido na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alcochete, de 29/04/2022.

Sobre esta matéria, apraz-nos dizer o seguinte:

1. Atendendo aos montantes não avultados e às especificidades envolvidas neste concurso, entendemos que poderia ser outra a modalidade concursal a praticar;

2. A modalidade de Concurso Público, exige custos associados às plataformas para o efeito, o que naturalmente, afastaram pequenos empresários, alguns inclusive, que estão sediados no nosso concelho, beneficiando assim, as grandes empresas que lideram este setor.»

### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções.

### **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Não se registaram intervenções.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida á discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:00 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,